

## ▶ MOVIMENTO

# CAMINHONEIROS ARTICULAM PARALISAÇÕES PONTUAIS

## SINDICATO DESCARTA GREVE, MAS PREVÊ ATOS ISOLADOS

LUCAS PRATES/ARQUIVO HOJE EM DIA

CINTHYA OLIVEIRA

cioliveira@hojeemdia.com.br

Mesmo que nenhuma entidade representativa tenha convocado uma nova greve dos caminhoneiros, existe a possibilidade de paralisações pontuais a partir do próximo sábado nas rodovias do país. De acordo com José Natan, presidente do Sindicato Interestadual dos Caminhoneiros, as mensagens trocadas pelos profissionais em grupos de WhatsApp indicam que há um clima favorável para uma paralisação, mesmo que de forma espontânea.

Segundo ele, a categoria tem várias reivindicações. "O frete ficou muito barato e a economia está muito parada. O pedágio está muito alto e tem gente reclamando que diminuiu o transporte de minério, depois da tragédia em Brumadinho", afirma José Natan, garantindo que o Sindicato não tem qualquer envolvimento com uma paralisação neste momento.

José Natan conta que outro problema para os trabalhadores foi o aumento da concorrência. "Depois da greve dos caminhoneiros do ano passado, teve a criação da tabela do frete e logo deu lucro. Teve gente, então, que comprou caminhões. Mas, o frete abaixou e agora tem mais gente com caminhão", explica.

Mais cedo, em entrevista à imprensa, Wallace Lan-



PRESSÃO – Paralisação de caminhoneiros no ano passado causou desabastecimento de combustíveis e de alimentos no país

dim, o Chorão, presidente das associações Abrava e BrasCoop, afirmou que o movimento pela paralisação perdeu força nos últimos dias. Ele disse que essas associações representativas da categoria devem esperar por uma resposta do governo antes de definir se farão paralisação.

### GREVE EM 2018

A greve dos caminhoneiros em maio do ano passado causou imenso transtorno em todo o país. Com a escassez de combustíveis, houve corrida aos postos, os preços dispararam e a população foi obrigada a conviver com o desabastecimento em supermercados e sacolões.

A alta do preço do combustível foi a principal justificativa para a greve da categoria.

### MUDANÇAS

Ontem, a Petrobras anunciou uma mudança na periodicidade para reajustes do óleo diesel. A partir de agora, o preço do combustível não poderá ser reajustado em períodos inferiores a 15 dias. Até então, o valor do litro do diesel poderia variar até diariamente. Segundo a estatal, os preços do diesel nas refinarias da companhia correspondem a cerca de 54% dos preços ao consumidor final.

A estatal anunciou ainda a criação do "Cartão Caminhoneiro", que permiti-

rá a compra do combustível a preço fixo nos postos com a bandeira BR. O cartão deve entrar no mercado em 90 dias.

Segundo a empresa, o cartão "servirá como uma opção de proteção da volatilidade de preços, garantindo assim a estabilidade durante a realização de viagens".

A decisão foi aprovada em reunião com a diretoria executiva. Em nota, a Petrobras garante que "manterá a observância de preços de paridade internacional (PPI), abstendo-se, portanto, de práticas que poderiam caracterizar o exercício de poder de monopólio, já que possui 98% da capacidade de refino do Brasil".

Com Agência Brasil



As economias geradas na previdência dos militares seriam praticamente eliminadas com as mudanças nas carreiras

TIAGO MITRAUD

TMITRAUD@HOJEEMDIA.COM.BR

## É HORA DE AJUSTARMOS O ROMBO, NÃO DE REVER CARREIRAS

Na última quarta-feira, dia 20, recebemos na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 1645/2019 elaborado pelo governo federal, que propõe alterações na proteção social dos militares, como é chamada a previdência das Forças Armadas. O projeto era aguardado desde 20 de fevereiro, quando o governo entregou a PEC com as principais medidas para a Nova Previdência brasileira.

Nossa expectativa era de uma contribuição significativa vinda também da classe dos militares para a previdência. A urgência em lidar com o déficit do sistema previdenciário, estimado em quase R\$ 300 bilhões apenas para 2019, justifica a necessidade de uma reforma profunda e abrangente, envolvendo toda a sociedade. No entanto, não foi isso que encontramos no texto do projeto de lei.

O principal problema da proposta é que, ao contrário de nossa expectativa, ela não trata somente da previdência das Forças Armadas, mas principalmente da reestruturação da carreira militar. Por mais que mudanças nesta carreira possam ser meritórias, este não é o momento e esta não é a forma de fazê-las. Nosso maior desafio atual como país é o ajuste fiscal, portanto as alterações na proteção social não podem aparecer apenas de maneira acessória.

## Os ganhos financeiros são de R\$ 97,3 bilhões, mas o aumento dos gastos com a reestruturação da carreira chega aos R\$ 86,8 bilhões

Ao fazer a conta na ponta do lápis, as economias geradas na previdência dos militares seriam praticamente eliminadas com as mudanças nas carreiras. Os ganhos financeiros são de R\$ 97,3 bilhões, mas o aumento dos gastos com a reestruturação da carreira chega aos R\$ 86,8 bi ao longo de 10 anos. Assim, sobra apenas uma economia de R\$ 10,5 bilhões, o que representa apenas 1% da meta de R\$ 1 trilhão de economia do ministro Paulo Guedes.

Outro ponto controverso da proposta é que ela mantém para a categoria os benefícios da integralidade do último salário e paridade entre ativos e inativos. Essa é uma medida irresponsável fiscalmente, que inclusive já foi eliminada do restante do serviço público na reforma de 2003.

Não podemos aceitar que a reforma do regime previdenciário dos militares funcione como moeda de troca para a reestruturação de carreira. Guardar um "assento especial" a uma categoria específica pode abrir o precedente para que se faça o mesmo para as demais, que também possuem suas próprias exigências - legítimas ou não.

Sigo na defesa de uma Nova Previdência. No entanto, quero uma reforma abrangente, justa com todos, sem privilégios e que entregue uma economia significativa para nosso falido sistema previdenciário. Só assim vamos garantir que a previdência brasileira seja mais sustentável a longo prazo.

Administrador e deputado federal pelo Novo/MG. É líder do RenovaBR e dirigiu a Fundação Estudar. Escreve neste espaço às quartas-feiras

**CIA. PARAENSE DE EMPREENDIMENTOS**  
CNPJ: 20.134.177/0001-98  
AVISO: Achem-se à disposição dos Acionistas os Documentos do Art. 133 da Lei de S.A. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: Ficam Convocados os Acionistas para comparecer na Sede Social sita à Rua Expedicionários, nº 72 - Centro - Pará de Minas às 08h de 30/04/2019 para seguinte ordem do dia: 1 - Apreciar e votar as contas sociais de 2018; 2 - Eleger membro da Diretoria; 3 - Outros assuntos de interesse social. Pará de Minas, 25 de Março de 2019. A Diretoria.

**SAAE-SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR VALADARES/MG**  
EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2018. O SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Governador Valadares, torna público que fará realizar o Processo Licitatório nº 060/2018, na modalidade de Pregão Presencial nº 046/2018 - tipo menor preço por item, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇO DE REFORMA DE PNEUS. O Edital encontra-se disponível no site: www.saaegoval.com.br, podendo ser obtido também através do email licitacao@saaegoval.com.br. O início de julgamento dar-se-á às 09h00min do dia 09 de abril de 2019. Governador Valadares, 26 de março de 2019. (a): Sebastião Pereira de Siqueira - Diretor Geral do SAAE.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG**  
AVISO DE REVOGAÇÃO  
Processo Administrativo 338/2018  
Pregão Presencial: nº 150/2018  
O Município de Nova Lima comunica a todos a REVOGAÇÃO do Processo Administrativo: nº 338/2018 - Pregão Presencial: nº 150/2018. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Transporte Escolar, para atender às necessidades da Rede Municipal e Estadual de ensino no Município de Nova Lima. Nova Lima, 26 de Março de 2019. Vítor Penido de Barros, Prefeito

**SEMPER S/A**  
Serviço Médico Permanente  
CNPJ/M.F. 17.312.976/0001-00  
NIRE: 31300056066  
AVISO  
Encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede da empresa, os documentos referidos no art. 133 da Lei das S/A. Belo Horizonte, 25 de março de 2019. A Diretoria.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAI-MG**  
Torna público o P. nº 016/2019 Chamada Pública nº 01/19. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Merenda Escolar. Edital: Prefeitura, e-mail: setordelicita@ibiai-mg.com.br ou Site: ibiai-mg-mg, 26/03/2019. Larravardier Batista Cordeiro-Prefeito.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

VALLOUREC FLORESTAL LTDA.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017  
(em milhares de reais - R\$)Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica  
número 06.874.005/0001-75

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO	Nota explicativa	2018	2017
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	292.660	222.291
Contas a receber de clientes e outros créditos a receber	5	18.689	23.633
Estoques	6	59.438	58.140
Impostos e contribuições a recuperar	8	24.964	36.082
Ativos mantidos para venda	7	2.354	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>398.105</b>	<b>340.146</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Instrumentos financeiros derivativos	14	2.215	-
Impostos e contribuições a recuperar	8	73.939	6.964
Depósitos judiciais	9	15.853	20.142
Ativos mantidos para venda	7	28.275	33.216
Imobilizado	12	538.418	564.236
Ativos biológicos	11	264.909	284.038
Intangível		79	85
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>923.688</b>	<b>908.681</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.321.793</b>	<b>1.248.827</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	Nota explicativa	2018	2017
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores e outras contas a pagar	13	40.723	34.035
Provisões	15	13.298	16.861
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>54.021</b>	<b>50.896</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Fornecedores e outras contas a pagar	13	26.908	-
Adiantamento de partes relacionadas	10	44.696	22.754
Empréstimos e financiamentos	14	91.981	88.595
Provisões	15	19.159	18.833
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	33.639	28.349
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>216.383</b>	<b>158.531</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>270.404</b>	<b>209.427</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	16	864.000	864.000
Reservas de lucros		170.789	159.768
Contribuição da controladora		14.237	14.174
Ajustes de avaliação patrimonial		2.363	1.458
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.051.389</b>	<b>1.039.400</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.321.793</b>	<b>1.248.827</b>

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota explicativa	2018	2017
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	17	196.262	192.778
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	18	(207.189)	(182.940)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		(10.927)	9.838
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>			
Variação do valor justo dos ativos biológicos	11	14.186	11.308
Vendas		(19.109)	(25.274)
Gerais e administrativas		(6.975)	(13.072)
Outras receitas operacionais líquidas		11.041	3.684
	18	(857)	(23.354)
<b>RESULTADO ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS E IMPOSTOS</b>		<b>(11.784)</b>	<b>(13.516)</b>
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	19	28.277	34.227
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>16.493</b>	<b>20.711</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>			
Corrente		(743)	(68)
Diferido		(4.791)	(7.306)
	21	(5.534)	(7.374)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>10.959</b>	<b>13.337</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	2018	2017
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>10.959</b>	<b>13.337</b>
<b>Outros componentes do resultado abrangente</b>		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Remensuração das obrigações de planos de benefícios definidos	(306)	(488)
Itens que serão reclassificados posteriormente no resultado		
Reserva de "hedge" de fluxo de caixa	1.273	1.299
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS</b>	<b>11.926</b>	<b>14.148</b>

Os itens na demonstração de resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	Reserva de Capital		Reserva de Lucros		Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Contribuição da controladora	Reserva legal	Lucros retidos			
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>		<b>864.000</b>	<b>13.452</b>	<b>7.383</b>	<b>138.984</b>	-	<b>711</b>	<b>1.024.530</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	13.337	-	13.337
Benefícios pós-emprego (CPC 33)		-	-	-	-	-	(488)	(488)
Efeitos "hedge accounting"		-	-	-	-	-	1.299	1.299
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>		-	-	-	-	<b>13.337</b>	<b>811</b>	<b>14.148</b>
Transferência de reserva de lucros		-	-	667	12.670	(13.337)	-	-
Plano de participação acionária		-	722	-	-	-	-	722
<b>Total de contribuições e distribuições para os acionistas</b>		-	<b>722</b>	<b>667</b>	<b>12.670</b>	<b>(13.337)</b>	-	<b>722</b>
Realização do custo atribuído		-	-	-	-	64	(64)	-
Outras reservas de lucros		-	-	-	64	(64)	-	-
<b>Outras reservas</b>		-	-	-	<b>64</b>	-	<b>(64)</b>	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>		<b>864.000</b>	<b>14.174</b>	<b>8.050</b>	<b>151.718</b>	-	<b>1.458</b>	<b>1.039.400</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	10.959	-	10.959
Benefícios pós-emprego (CPC 33)		-	-	-	-	-	(306)	(306)
Efeitos "hedge accounting"		-	-	-	-	-	1.273	1.273
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>		-	-	-	-	<b>10.959</b>	<b>967</b>	<b>11.926</b>
Transferência de reserva de lucros		-	-	548	10.411	(10.959)	-	-
Plano de participação acionária		-	63	-	-	-	-	63
<b>Total de contribuições e distribuições para os acionistas</b>		-	<b>63</b>	<b>548</b>	<b>10.411</b>	<b>(10.959)</b>	-	<b>63</b>
Realização do custo atribuído		-	-	-	-	62	(62)	-
Outras reservas de lucros		-	-	-	62	(62)	-	-
<b>Outras reservas</b>		-	-	-	<b>62</b>	-	<b>(62)</b>	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>	<b>16</b>	<b>864.000</b>	<b>14.237</b>	<b>8.598</b>	<b>162.191</b>	-	<b>2.363</b>	<b>1.051.389</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota explicativa	2018	2017
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Lucro líquido do exercício		10.959	13.337
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações		41.564	39.933
Impairment do ativo imobilizado	12	(10.262)	(4.123)
Valor residual de baixa de ativo imobilizado	12	21.640	11.160
Baixa e exaustão dos ativos biológicos	11	35.292	40.588
Ajuste ao valor justo de ativos biológicos	11	(14.186)	(11.308)
Redução ao valor recuperável de ativos biológicos	11	7.209	5.051
Resultado na baixa de ativo disponível para venda	7	(265)	(3.202)
Receita com recuperação de tributos	8	(55.217)	-
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	14	3.386	4.826
Reversão de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	5	(226)	(160)
Operações de "hedge" encerradas no exercício		(286)	1.970
Provisões		(3.701)	(11.576)
Contribuição da controladora		63	722
Imposto de renda e contribuição social		743	68
Imposto de renda e contribuição social diferidos		4.791	7.306
		<b>41.504</b>	<b>94.592</b>
<b>(Aumento) redução dos ativos operacionais:</b>			
Contas a receber de clientes e outros créditos a receber		(414)	(1.689)
Partes relacionadas		5.584	(4.914)
Estoques		(1.298)	3.088
Impostos e contribuições a recuperar		(640)	(6.439)
Depósitos judiciais		4.289	(822)
		<b>7.521</b>	<b>(10.776)</b>
<b>Aumento (redução) dos passivos operacionais:</b>			
Fornecedores e outras contas a pagar		57.211	30.130
Pagamento de juros	14	-	(17.430)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(743)	(68)
		<b>56.468</b>	<b>12.632</b>
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>105.493</b>	<b>96.448</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:</b>			
Aquisição de imobilizado		(28.790)	(9.048)
Adições aos ativos biológicos	11	(9.186)	(15.073)
Recebimento na venda de ativo disponível para venda	7	2.852	986
		<b>(35.124)</b>	<b>(23.135)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:</b>			
Captação de financiamento - terceiros	14	-	13.009
Pagamento de financiamentos	14	-	(51.407)
		-	<b>(38.398)</b>
<b>AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>70.369</b>	<b>34.915</b>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		222.291	187.376
No final do exercício		292.660	222.291
		<b>70.369</b>	<b>34.915</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

VALLOUREC FLORESTAL LTDA.

➤ Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017  
(em milhares de reais - R\$)Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica  
número 60.874.005/0001-75

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

**1 Informações gerais**

A Vallourec Florestal Ltda. ("VFL" ou "Empresa") é uma sociedade limitada localizada no Centro-Norte de Minas Gerais e tem como atividade principal a execução de projetos de reflorestamento de eucalipto, visando a produção de carvão vegetal, substancialmente para atendimento às necessidades da parte relacionada Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A. ("VSB"). Com base em suas projeções, a Administração entende que não há risco de continuidade operacional para a Empresa.

**2 Apresentação das demonstrações financeiras****2.1 – Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

**2.2 – Adoção das práticas contábeis novas e revisadas****Pronunciamentos novos ou revisados**

As novas normas e interpretações emitidas, as quais foram avaliadas pela Administração são apresentadas a seguir:

CPC 47 – Receita de contrato com cliente: essa nova norma traz os princípios que uma entidade deve aplicar para determinar a mensuração de receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio substituiu o princípio de riscos e benefícios. A norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e pela avaliação da Administração não houve alterações relevantes na forma atual de contabilização da Empresa.

CPC 48 – Instrumentos financeiros: aborda a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de "hedge". Esta nova norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e pela avaliação da Administração não houve impactos relevantes em seus registros contábeis e controles.

Revisão de pronunciamentos técnicos nº 12: estabelece alterações em diversos Pronunciamentos Técnicos em decorrência da edição do CPC 47, do CPC 48, da permissão para as seguradoras não aplicarem o CPC 48 até 2021 e da alteração na classificação e mensuração de transações de pagamento baseado em ações do CPC 10, na transferência de propriedade para investimento do CPC 28 e nas alterações anuais do Ciclo 2014 – 2016, para vigência a partir de 1º de janeiro de 2018. Essas alterações não tiveram efeitos relevantes para a Empresa.

ICPC 21 – Transação em moeda estrangeira e adiantamento: trata de como determinar a data da transação com o objetivo de designar a taxa de câmbio que deve ser utilizada no reconhecimento inicial do respectivo ativo, despesa ou receita (ou parte dele) e no desreconhecimento de ativo não monetário ou passivo não monetário, decorrente do pagamento ou do recebimento antecipado em moeda estrangeira, não tendo impacto relevante para a Empresa.

**Normas emitidas não vigentes ainda**

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa são divulgadas abaixo. A Empresa pretende adotar essas normas, se for o caso, quando elas entrarem em vigor.

CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil: com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2) entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e correspondentes interpretações e pela avaliação da Administração não haverá impactos na contabilização da Empresa.

ICPC 22 – Incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda: esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta interpretação. A Administração não identificou qualquer impacto significativo decorrente da aplicação desta interpretação na mensuração de tributos sobre lucro.

**2.3 – Base de elaboração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela reavaliação de determinadas propriedades e por determinados instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Empresa leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo do CPC 10 (R1), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do CPC 06 (R1) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado no CPC 16 (R1) - Estoques ou valor em uso no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

**3 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas abaixo estão aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

As principais políticas contábeis da Empresa são as seguintes:

**3.1 – Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração da Empresa efetue estimativas e adote premissas com base no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil e valor residual do ativo imobilizado, provisão para recuperabilidade de ativos, provisão para ativos mantidos para venda, provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de estoques, avaliação do valor justo dos ativos biológicos e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

**3.2 – Reconhecimento de receita**

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Empresa espera receber em um contrato com o cliente e exclui valores cobrados em nome de terceiros. A Empresa reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou presta o serviço ao cliente.

**Vendas de produtos**

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Empresa possui um direito presente a pagamento pelo ativo;
- O cliente possui a titularidade legal do ativo;
- A Empresa transferiu a posse física do ativo;
- O cliente possui os riscos e os benefícios significativos da propriedade do ativo; e
- O cliente aceitou o ativo.

**3.3 – Ativos mantidos para venda**

Os ativos são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda, se o valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda, e não pelo uso contínuo.

**3.4 – Ativos Biológicos**

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos, incluindo despesas de transporte. A madeira colhida é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apuradas na data de corte.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa 11. A mensuração do valor justo dos ativos biológicos é feita anualmente, pois considera que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, na rubrica de Outras receitas/despesas operacionais. O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pela quantidade do ativo biológico exaurido (colhido) e avaliado ao seu valor justo.

**3.5 – Instrumentos financeiros****3.5.1 Ativos financeiros**

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

**Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

**Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (incluindo valores a receber de clientes) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

**Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

**3.5.2 Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A baixa de passivo financeiro ocorre somente quando as obrigações da Empresa são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

**3.5.3 Instrumentos financeiros derivativos**

A Empresa possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de câmbio, conforme política definida pelo Grupo Vallourec (ou "Grupo"). Certos instrumentos financeiros derivativos são designados como "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente mensurados pelo valor justo no encerramento do exercício.

**"Hedges" de fluxo de caixa**

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como "hedge" de fluxo de caixa é reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e acumulada na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial". Os ganhos ou as perdas relacionados à parte não efetiva são reconhecidos diretamente no resultado financeiro.

Os valores anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de "hedge" é registrado no resultado, na mesma rubrica da "Demonstração do resultado" em que tal item é identificado. Entretanto, quando uma transação prevista, que é objeto de "hedge" resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos e as perdas anteriormente registrados em "Outros resultados abrangentes" e acumulados no patrimônio são transferidos para a mensuração inicial do custo desse ativo ou passivo.

A contabilização de "hedge" é descontinuada quando a Empresa cancela a relação de "hedge", o instrumento de "hedge" vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de "hedge". Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

**3.6 – Ativos e passivos circulantes**

■ Contas a receber e a pagar indexadas: as contas a receber e a pagar, indexadas em moeda estrangeira, estão atualizadas à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do balanço. As demais contas sujeitas à indexação encontram-se atualizadas de acordo com os índices estabelecidos contratualmente. Os ganhos e as perdas cambiais e variações monetárias são reconhecidos no resultado.

■ Estoques: estão avaliados ao custo médio histórico de aquisição ou de produção e, quando aplicável, deduzidos de provisão para ajustá-los ao valor de realização. Os ativos biológicos transferidos para o estoque são registrados pelo valor justo apurado nas datas de corte da madeira.

■ Demais ativos e passivos circulantes: são apresentados pelo valor líquido de realização e liquidação.

**3.7 – Ativos e passivos não circulantes****Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Imóveis	12-30
Máquinas e instalações	10-25
Equipamentos industriais e comerciais	3-10

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os bens que compõem o ativo imobilizado têm seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor recuperável.

**3.8 – Provisões**

As provisões são reconhecidas no balanço quando a Empresa possui uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**3.9 – Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base na legislação vigente, considerando as adições e exclusões legais previstas. Sobre as adições temporárias que se tornarão dedutíveis quando realizadas e o prejuízo fiscal e a base negativa da contribuição social, são constituídos créditos tributários diferidos. Também são constituídos débitos tributários diferidos sobre as exclusões temporárias, as quais serão tributadas quando cessarem as condições que atualmente afastam a tributação.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

**3.10 – Benefícios a empregados**

Os custos de patrocínio de plano de pensão são reconhecidos como despesas por se tratar de planos de contribuição definida.

Os demais benefícios definidos pós-emprego são contabilizados em atendimento ao CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, com base em relatório atuarial.

**3.11 – Contribuição da controladora**

O Grupo Vallourec possui plano de pagamento baseado em ações, cujos benefícios se estendem a alguns executivos do Brasil.

O valor justo das opções de compra de ações da controladora Vallourec Tubos do Brasil Ltda. concedidas a gestores relacionadas a metas de longo prazo, determinado na data da outorga, é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas do Grupo sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio, registrados como Contribuição da controladora.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	2018	2017
Depósitos à vista	113	260
Aplicações financeiras	292.547	222.031
	<b>292.660</b>	<b>222.291</b>

O caixa e equivalentes de caixa serão utilizados, substancialmente, nas atividades operacionais e na execução dos projetos remanescentes de construção e instalações da Empresa.

As aplicações financeiras têm liquidez imediata e estão classificadas, substancialmente, na categoria Referenciado DI dos fundos de investimentos. A valorização das cotas oscila diariamente de acordo com o critério de marcação a mercado. As carteiras dos fundos são compostas, em sua maioria, por aplicações financeiras denominadas Operações Compromissadas com lastro em títulos públicos federais, por compra de títulos públicos pelos fundos de investimentos, CDB's emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária através de compromissos de recompra a qualquer momento antes do vencimento pelo emissor, sendo estes papéis pós-fixados e atrelados a variação do CDI. As rentabilidades ponderadas foram de 97,6% do CDI em 2018 (99,2% em 2017). A taxa média de administração destes fundos foi aproximadamente 0,14% a.a. em 2018 (0,14% a.a. em 2017).

**5 Contas a receber de clientes e outros créditos a receber**

	2018	2017
Clientes nacionais	1.617	2.881
Clientes externos	-	184
Partes relacionadas (nota explicativa 10)	13.527	19.111
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(133)	(359)
<b>CONTAS A RECEBER DE CLIENTES, LÍQUIDA</b>	<b>15.011</b>	<b>21.817</b>
Despesas antecipadas	253	263
Outras contas a receber	3.425	1.553
<b>OUTRAS CONTAS A RECEBER</b>	<b>3.678</b>	<b>1.816</b>
	<b>18.689</b>	<b>23.633</b>

Contas a receber de clientes e outras contas a receber decorrem diretamente das operações da Empresa, sendo mensuradas pelo custo amortizado e estão registradas pelo seu valor original, deduzidas de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante.

A movimentação da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa ocorreu conforme a seguir:

	2018	2017
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>(359)</b>	<b>(519)</b>
Constituição de provisão	(58)	(658)
Reversão de provisão	284	818
<b>SALDO NO FIM DO EXERCÍCIO</b>	<b>(133)</b>	<b>(359)</b>

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

VALLOUREC FLORESTAL LTDA.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017  
(em milhares de reais - R\$)Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica  
número 06.874.005/0001-75

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

## 6 Estoques

	2018	2017
Produtos acabados	3.337	2.450
Produtos em elaboração	51.728	52.280
Matérias primas e materiais de consumo	2.188	879
Ferramentas, peças e materiais de manutenção	2.185	2.418
Adiantamentos a fornecedores	-	113
	<b>59.438</b>	<b>58.140</b>

## 7 Ativos mantidos para venda

Em 24 de outubro de 2008, a Vallourec Florestal Ltda. adquiriu da Serra do Cabral Agroindústria Ltda. "SCAI", a área rural correspondente a 47.103 hectares, do loteamento rural denominado "Glebas do Planalto", na região de Serra do Cabral, no município de Várzea da Palma, em Minas Gerais. Para viabilizar a transação, a vendedora vinculou a venda de 1.069 mil m<sup>3</sup> de floresta de "Pinus" plantada na área negociada que atualmente a Vallourec Florestal Ltda. disponibiliza para a comercialização a terceiros.

As posições contábeis no encerramento dos exercícios estão demonstradas a seguir:

	2018	2017
Custo	38.007	41.298
Ajuste ao valor de realização	(7.378)	(8.082)
	<b>30.629</b>	<b>33.216</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.354</b>	<b>-</b>
<b>Não circulante</b>	<b>28.275</b>	<b>33.216</b>

	2018	2017
Receita pela venda	2.852	986
Custo	(3.291)	(982)
<b>Resultado bruto</b>	<b>(439)</b>	<b>4</b>
Ajuste ao valor de realização	704	3.198
	<b>265</b>	<b>3.202</b>

## 8 Impostos e contribuições a recuperar

	2018	2017
ICMS a recuperar	12.210	9.420
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	20.827	16.919
Impostos a recuperar s/ aquisição de ativo imobilizado	999	1.854
PIS / COFINS a recuperar	9.650	14.853
INSS a recuperar s/ folha pagamento	55.217	-
	<b>98.903</b>	<b>43.046</b>
<b>Circulante</b>	<b>24.964</b>	<b>36.082</b>
<b>Não circulante</b>	<b>73.939</b>	<b>6.964</b>

A Empresa em 2018 deixou de apurar a Contribuição Previdenciária com base na folha de pagamentos passando a apurar com base na receita bruta inerente a venda de carvão vegetal. Foram recalculadas os últimos 5 anos das Contribuições Previdenciárias e aplicado o fator de correção da taxa SELIC, totalizando uma contribuição a recuperar no valor de R\$64.495, sendo que deste total R\$9.278 foi compensado em 2018.

## 9 Depósitos judiciais

	2018	2017
ITR	12.168	13.574
Depósitos recursais	3.187	3.194
Cesta básica	-	2.884
Outros	498	490
	<b>15.853</b>	<b>20.142</b>

## 10 Partes relacionadas

As operações com a controladora e com empresas do Grupo foram realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

	2018				
	Ativo		Passivo		Operações
	Cientes	Fornecedores	Adiantamentos	Vendas	Compras
Vallourec Tubos do Brasil Ltda.	-	374	-	-	4.361
Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A.	13.527	581	44.696	191.303	2.182
Vallourec Transportes e Serviços Ltda.	-	1.299	-	-	1.299
	<b>13.527</b>	<b>2.254</b>	<b>44.696</b>	<b>191.303</b>	<b>7.842</b>

	2017				
	Ativo		Passivo		Operações
	Cientes	Fornecedores	Adiantamentos	Vendas	Compras
Vallourec Tubos do Brasil Ltda.	-	372	-	-	3.421
Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A.	19.111	115	22.754	181.177	6.829
	<b>19.111</b>	<b>487</b>	<b>22.754</b>	<b>181.177</b>	<b>10.250</b>

A Empresa recebeu adiantamento no montante de R\$44.696 provenientes de adiantamentos com a parte relacionada Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A. Este adiantamento é para auxiliar na execução dos projetos florestais. Estes adiantamentos serão liquidados nos próximos anos.

## 11 Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Empresa compreendem o cultivo e plantio de florestas de eucalipto para abastecimento de matéria-prima na produção de carvão vegetal. Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa possuía 72.237 hectares de florestas plantadas (71.595 em 2017), desconsiderando as áreas de preservação permanente e reserva ambiental legal que devem ser mantidas para atendimento à legislação ambiental brasileira.

A Empresa reconhece seus ativos biológicos a valor justo conforme previsto na norma contábil CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, com adoção das seguintes premissas em sua apuração:

- Os maciços florestais de eucalipto são mantidos a custo histórico até o segundo ano e onze meses de plantio, correspondendo a trinta e cinco meses, em decorrência da equivalência aos preços de negociação praticados pelo mercado; e
- Quanto aos preços dos ativos biológicos, a partir do terceiro ano de plantio, são calculados com base nos preços de negociação no mercado, divulgados em publicação especializada e mensurados através da metodologia de fluxo de caixa descontado.

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor justo dos ativos biológicos:

	31/12/2018	31/12/2017
Área útil plantada (hectares)	72.237	71.595
Ativos Maduros	49.227	41.694
Ativos Imaturos	23.010	29.901
Incremento médio anual - m <sup>3</sup> /hectare/ano	28,06	31,85
Preço médio de mercado de eucalipto em pé (aos 7 anos) - R\$/m <sup>3</sup>	39,94	40,52
Custo de utilização de ativos próprios que contribuem - %	58,63%	54,45%
Taxa de desconto - %	7,07% a.a.	10,87% a.a.

Os saldos contábeis e movimentação dos ativos biológicos no encerramento do exercício estão demonstrados a seguir:

Movimentação do custo	2017	2018		
	Saldos	Adições	Baixas	Saldos
Florestamento e reflorestamento em andamento	206.236	9.186	(6.284)	209.138
Ajuste ao valor de mercado	163.695	14.186	(5.771)	172.110
	<b>369.931</b>	<b>23.372</b>	<b>(12.055)</b>	<b>381.248</b>

Movimentação da exaustão e redução ao valor recuperável	Saldos	Adições	Baixas	Saldos
Florestamento e reflorestamento em andamento	(31.601)	(16.536)	-	(48.137)
Ajuste ao valor de mercado	(33.620)	(26.776)	5.771	(54.625)
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecida no resultado	(20.672)	(7.209)	14.304	(13.577)
	<b>(85.893)</b>	<b>(50.521)</b>	<b>20.075</b>	<b>(116.339)</b>
	<b>284.038</b>	<b>(27.149)</b>	<b>8.020</b>	<b>264.909</b>

## 12 Imobilizado

	2018				2017
	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Impairment	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Terrenos	112.520	-	-	112.520	112.520
Imóveis	13.650	(2.558)	(2.215)	8.877	9.240
Benfeitorias	67.266	(20.577)	(3.026)	43.663	41.637
Máquinas e instalações	154.324	(82.955)	(5.588)	65.781	70.703
Equipamentos industriais e comerciais	47.878	(36.432)	-	11.446	17.800
Obras e importações em andamento	9.551	-	-	9.551	-
Florestamento e reflorestamento - Planta Portadora	330.457	(43.877)	-	286.580	312.336
	<b>735.646</b>	<b>(186.399)</b>	<b>(10.829)</b>	<b>538.418</b>	<b>564.236</b>

Movimentação do custo	2017	2018		
		Adições	Baixas	2018
Terrenos	112.520	-	-	112.520
Imóveis	13.650	-	-	13.650
Benfeitorias	67.266	-	-	67.266
Máquinas e instalações	154.324	-	-	154.324
Equipamentos industriais e comerciais	51.249	-	(3.371)	47.878
Obras e importações em andamento	-	9.551	-	9.551
Florestamento e reflorestamento - Planta Portadora	346.786	17.566	(33.895)	330.457
	<b>745.795</b>	<b>27.117</b>	<b>(37.266)</b>	<b>735.646</b>

Movimentação da depreciação	2017	2018		
		Adições	Baixas	2018
Imóveis	(2.083)	(475)	-	(2.558)
Benfeitorias	(17.423)	(3.154)	-	(20.577)
Máquinas e instalações	(73.078)	(9.877)	-	(82.955)
Equipamentos industriais e comerciais	(33.434)	(6.369)	3.371	(36.432)
Florestamento e reflorestamento - Planta Portadora	(34.450)	(21.682)	12.255	(43.877)
	<b>(160.468)</b>	<b>(41.557)</b>	<b>15.626</b>	<b>(186.399)</b>

Impairment	2017	2018		
		Adições	Baixas	2018
Impairment	(21.091)	-	10.262	(10.829)
	<b>(181.559)</b>	<b>(41.557)</b>	<b>25.888</b>	<b>(197.228)</b>

	2017	2018
	<b>564.236</b>	<b>(14.440)</b>
	<b>(11.378)</b>	<b>538.418</b>

Em 2018 a Empresa reverteu parte do valor de *impairment* no montante de R\$7.017 devido à retomada da produção de carvão vegetal da Fazenda Campo Alegre.

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa revisou as vidas úteis de seus ativos e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são condizentes com as suas operações e refletem adequadamente a vida útil econômica desses ativos.

## 13 Fornecedores e outras contas a pagar

	2018	2017
Fornecedores nacionais	13.880	16.078
Partes relacionadas (Nota explicativa 10)	2.254	487
Impostos e contribuições a recolher	30.557	1.315
Salários e encargos sociais	9.514	6.133
Adiantamentos recebidos de clientes	11.136	9.707
Outras obrigações	290	315
	<b>67.631</b>	<b>34.035</b>
<b>Circulante</b>	<b>40.723</b>	<b>34.035</b>
<b>Não circulante</b>	<b>26.908</b>	<b>-</b>

A Empresa aderiu em 2018 ao Programa de Regularização Tributária Rural ("PRR") em 176 parcelas mensais com redução de 100% sobre os juros e multas referente ao recolhimento da contribuição ao Fundo de Apoio ao Trabalhador Rural ("FUNTRURAL") inerente a venda de carvão vegetal dos últimos 5 anos. O saldo a pagar do PRR em 2018 é de R\$28.965.

## 14 Empréstimos e financiamentos

A segregação dos saldos de financiamentos existentes em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 está a seguir demonstrada:

Tipo de financiamento	Taxa	2018	2017
BNB - FNE	4,92% a 7,35% a.a.	91.981	88.595
		<b>91.981</b>	<b>88.595</b>
<b>Circulante</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Não circulante</b>		<b>91.981</b>	<b>88.595</b>

As parcelas classificadas no não circulante apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

Vencimentos	2018	2017
2021 a 2030	91.981	88.595
	<b>91.981</b>	<b>88.595</b>

Os empréstimos estão garantidos por fianças bancárias contratadas junto ao Banco Safra no valor total de R\$91.981 (R\$88.595 em 31 de dezembro de 2017).

Os empréstimos possuem cláusulas contratuais relacionados à alteração de estrutura societária. Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa apresentava cumprimento das cláusulas contratuais.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

VALLOUREC FLORESTAL LTDA.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017  
(em milhares de reais - R\$)

Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica  
número 60.874.005/0001-75



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Em agosto de 2018, a Administração contratou um *Swap* com valor notional de R\$27.632 (antes dos efeitos do *Swap*) para o contrato do BNB firmado em dezembro de 2014, convertendo a taxa de juros para este contrato de financiamento de fixa para variável. Esta estratégia visa garantir que o custo do empréstimo esteja sempre abaixo da rentabilidade das aplicações financeiras. O *Swap* contratado visa garantir o fluxo de caixa futuro da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os efeitos do *Swap* representaram um impacto positivo em 2018 no montante de R\$2.215.

#### 15 Provisões

A Vallourec Florestal Ltda. mantém provisões para riscos fiscais, cíveis, comerciais, trabalhistas e previdenciárias. As provisões para riscos são constituídas levando-se em consideração a expectativa de perdas da Administração e de seus assessores jurídicos com respeito às ações em andamento, bem como nas autuações fiscais e previdenciárias sob defesa. Adicionalmente, a Vallourec Florestal Ltda. concede participação nos resultados a seus funcionários, vinculada aos seus planos de ação e ao alcance de resultados por parte da Empresa e dos empregados.

	2018	2017
Contencioso fiscal e ambiental	14.127	16.086
Riscos cíveis e comerciais	6.723	6.071
Provisões atuariais	4.925	4.243
Riscos trabalhistas e previdenciários	4.051	6.502
Participação nos resultados e bônus variável	1.189	1.263
Outros	1.442	1.529
	<b>32.457</b>	<b>35.694</b>
<b>Circulante</b>	<b>13.298</b>	<b>16.861</b>
<b>Não circulante</b>	<b>19.159</b>	<b>18.833</b>

As movimentações das provisões no exercício de 2018 foram da seguinte forma:

	2018	2017
<b>Saldo Inicial</b>	<b>35.694</b>	<b>43.431</b>
Formação	5.950	16.062
Reversão	(7.802)	(22.021)
Utilizações por pagamento	(1.385)	(1.778)
	<b>32.457</b>	<b>35.694</b>

Dentre as contingências tributárias registradas, a principal refere-se ao ITR – Imposto Territorial Rural sobre valor da terra nua, totalizando R\$12.168 (R\$13.574 em 2017), para as quais há depósito judicial no montante de R\$12.168 (R\$13.574 em 2017). Quanto às provisões trabalhistas, resumem-se basicamente às verbas rescisórias e indenizatórias.

#### 15.1 – Provisões atuariais e benefício pós-emprego

As provisões para jubileu, abono acordo coletivo e benefício pós-emprego são calculadas por atuário independente e relacionadas à expectativa de pagamentos a funcionários quando do atendimento de determinados períodos de tempo de serviço na Empresa.

##### Descrição dos planos

- Plano de assistência médica pós-emprego: consiste na concessão de bônus a inativos, a título de ajuda financeira para o custeio do plano de assistência à saúde oferecida aos empregados que se aposentaram, com pelo menos 54 anos de idade. Esse plano foi fechado para novas inscrições em julho de 2010.
- Jubileu: o benefício refere-se ao pagamento de uma recompensa quando os funcionários da Empresa completam 25, 35 e 40 anos de serviços prestados.
- Lump-Sum: o benefício refere-se ao pagamento único aos funcionários que se aposentam na Empresa, vinculado ao tempo de serviço prestados destinado aos participantes do plano, cujo o salário de participação em 30 de setembro de 2018, seja inferior a R\$5.658 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e oito reais). Este benefício pode equivaler a, no máximo, cinco salários de participação, a depender do tempo de serviços prestado à Empresa.

Segue abaixo a posição atuarial dos planos:

Provisões atuariais	2018	2017
Assistência médica - pós-emprego	4.404	3.864
Jubileu	536	438
Lump-Sum	(15)	(59)
	<b>4.925</b>	<b>4.243</b>

A provisão referente ao Lump-Sum está líquida do ativo do plano no montante de R\$1.820 (R\$1.710 em 2017).

A movimentação do passivo atuarial é como segue:

	2018	2017
<b>EM 1º DE JANEIRO</b>	<b>4.243</b>	<b>3.686</b>
<b>Incluídos no resultado</b>		
Custo do serviço corrente	170	170
Juros financeiros	378	377
(Ganho) / Perda atuarial outros benefícios	39	23
Ganho na redução de beneficiários	-	(788)
Outros	(369)	35
<b>Incluídos em outros resultados abrangentes</b>		
Remensurações do valor líquido do passivo	464	740
<b>EM 31 DE DEZEMBRO</b>	<b>4.925</b>	<b>4.243</b>

##### Premissas atuariais utilizadas

As premissas atuariais utilizadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão demonstradas a seguir:

Hipóteses Econômicas	2018	2017
Taxa de desconto da obrigação atuarial	9,09%	9,58%
Taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano	9,09%	9,58%
Taxa anual de inflação a longo prazo	3,75%	4,20%
Hipóteses Biométricas	2018	2017
Tábua de Mortalidade Geral	AT-83 M e AT-2000 M.*	AT-83 M e AT-2000 M.*
Tábua de Entrada em Invalidez	IAPB-57 Fraca Agravada 15%	IAPB-57 Fraca Agravada 15%

\*AT-83 M para admitidos até 30/04/2010 e AT-2000 M para admitidos após 30/04/2010

##### Análise de sensibilidade

Foi elaborada uma análise de sensibilidade do impacto financeiro sobre o valor das obrigações da Empresa, considerando ajustes de +/- 1 e +/- 2 pontos percentuais na taxa de desconto financeiro utilizada nos cálculos (5,15% ao ano). Os resultados estão apresentados nas tabelas a seguir:

Taxa de desconto financeiro	Valor presente das obrigações em 31 de dezembro 2018
3,15%	8.706
4,15%	7.619
5,15%	6.746
6,15%	6.035
7,15%	5.448

#### 16 Patrimônio líquido

O capital social está dividido em 864.000.000 quotas no valor nominal de R\$1,00 cada, sendo 863.999.997 quotas pertencentes à Vallourec Tubos do Brasil Ltda. e 3 quotas pertencentes à Vallourec Tubes.

#### 17 Receitas operacionais

	2018	2017
Venda de produtos	221.696	194.604
Devoluções e abatimentos	(759)	(570)
Impostos incidentes sobre vendas	(24.675)	(1.256)
	<b>196.262</b>	<b>192.778</b>

##### 17.1 – Receita desagregada

	2018	2017
Carvão Próprio	170.644	191.053
Revenda de carvão	25.618	1.725
	<b>196.262</b>	<b>192.778</b>

#### 18 Despesas e custos por natureza

	2018	2017
Exaustão dos ativos biológicos e redução ao valor recuperável	(57.899)	(58.884)
Despesas com salários e benefícios aos empregados	(54.852)	(67.842)
Despesas com frete	(40.906)	(42.305)
Baixa de reflorestamento	(27.924)	(16.274)
Depreciação e amortização	(19.881)	(21.556)
Materiais de consumo utilizados	(10.184)	(8.410)
Despesa com combustíveis e energias	(9.175)	(7.469)
Aluguéis e arrendamentos	(4.136)	(4.147)
Outras receitas (despesas)	16.911	20.593
	<b>(208.046)</b>	<b>(206.294)</b>

Custo dos produtos e serviços vendidos	(207.189)	(182.940)
Receitas (despesas) operacionais	(857)	(23.354)
	<b>(208.046)</b>	<b>(206.294)</b>

#### 19 Resultado financeiro

	2018	2017
Rendimento de aplicações financeiras	16.620	27.452
Ganho na recuperação de impostos de anos anteriores	19.035	-
Ganho na liquidação antecipada de empréstimo	17	18.517
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(5.748)	(8.121)
Outras	(1.647)	(3.621)
	<b>28.277</b>	<b>34.227</b>

#### 20 Plano de complementação de aposentadoria

Com o objetivo de proporcionar a seus empregados renda complementar à aposentadoria assegurada pelo INSS, a Vallourec Florestal Ltda. mantém junto à instituição de previdência privada um plano de complementação de aposentadoria de contribuição definida do tipo PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres.

O custeio do plano é suportado por contribuições mensais dos participantes limitadas a 6% do respectivo salário, conforme cálculo atuarial, complementadas por contribuições iguais da Vallourec Florestal Ltda.

As contribuições da Empresa no exercício de 2018 totalizaram R\$199 (R\$405 em 2017).

#### 21 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Foram reconhecidos também, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

O imposto de renda e a contribuição social estão a seguir demonstrados:

	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	16.493	20.710
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(5.608)	(7.041)
Ajuste para apuração do imposto de renda e da contribuição social		
Outras (adições) exclusões, líquidas	74	(333)
<b>TOTAL</b>	<b>(5.534)</b>	<b>(7.374)</b>

A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada abaixo:

	2018	2017
<b>ATIVO</b>		
Contencioso fiscal e ambiental	2.831	3.476
Provisão Recuperabilidade de ativo imobilizado	4.616	7.028
Impairment de ativo imobilizado	3.682	7.171
Provisão Retif. Ativos mantidos p/ venda	2.509	2.748
Riscos cíveis e comerciais	2.286	2.064
Riscos trabalhistas e previdenciários	1.377	2.211
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	45	122
Atuarial	2.125	2.050
Outras	(24)	530
<b>Provisões temporárias</b>	<b>19.447</b>	<b>27.400</b>
Prejuízo fiscal não realizado	-	1.541
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>19.447</b>	<b>28.941</b>
<b>PASSIVO</b>		
Efeitos das Leis 11.638/07 e 11.941/09 - RTT	9.823	8.019
Ativos biológicos	43.263	49.271
	<b>53.086</b>	<b>57.290</b>
	<b>(33.639)</b>	<b>(28.349)</b>

#### 22 Instrumentos financeiros

A Empresa participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender as necessidades próprias. Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

##### Risco de capital

A Empresa administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

##### Risco de liquidez

É de responsabilidade da Administração da Empresa gerenciar o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

##### Risco de taxa de juros

A Empresa está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos contratados e aplicações financeiras vinculadas, principalmente, a variação do CDI. Entretanto a Administração do Grupo entende que os riscos, relacionados à taxa de juros, não são significativos.

##### Riscos cambiais

O fator de risco da taxa de câmbio da Empresa está relacionado ao empréstimo em moeda estrangeira, dólar, que ela possui com o BNDES. Estes riscos são avaliados e mitigados através de contratação de derivativos.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

➤ Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em milhares de reais - R\$)

VALLOUREC FLORESTAL LTDA.

Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica número 60.874.005/0001-75



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

## 23 Ativos segurados

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa possuía cobertura de seguro contra incêndio e riscos diversos para edifícios, máquinas, instalações e equipamentos, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas. A avaliação da Administração quanto à adequação das coberturas dos seguros não foi examinada pelos auditores independentes

## 24 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Empresa em 13 de março de 2019.

Curvelo, 19 de março de 2019.

PEDRO NABUCO PALHANO  
Superintendente Geral

DANIEL ANTÔNIO CABRAL DE VASCONCELOS  
Contador CRCMG nº 059.164

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Vallourec Florestal Ltda.

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vallourec Florestal Ltda. ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vallourec Florestal Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase – Transações com partes relacionadas

Conforme divulgado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, a Entidade mantém transações com partes relacionadas em montantes significativos e sob condições específicas descritas na referida nota explicativa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 25 de março de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/0-8 "F" MG

MANOEL PINTO DA SILVA  
Contador  
CRC Nº SP 205664/0-2T-MG

**Deloitte.**

05/05

## REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL

A **Minasmáquinas S/A**, CNPJ nº 17.161.241/0001-15, com sede na BR 381, nº 2211, Bairro Bandeirantes, Contagem (MG), torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Nova Lima, através do Processo Administrativo nº XXXXX, **CERTIFICADO AMBIENTAL LICENÇA AMBIENTAL CORRETIVA** para o empreendimento Filial da Concessionária Minasmáquinas, localizado na Rua Naiade, nº 250, lote 01 A, quadra 01, Bairro Vale do Sol, na cidade de Nova Lima (MG), CEP: 34.000-000.

A Operadora **CLARO S/A**, em atendimento à legislação vigente e em especial às Leis Municipais nº 7.277/97 e nº 8.201/01, torna público que solicitou requerimentos de Licença de Operação (LOC) ao Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM, para a Estação Rádio Base (ERB): **MGDCA28** - Rua Três Corações, nº 300 - Bairro Prado, em Belo Horizonte/MG.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSENÓPOLIS-MG

A **PREFEITURA DE JOSENÓPOLIS-MG**, com sede à Rua Santos Pestana, 20 – Centro - 39.575-000, torna-se público a quem interessar que estará realizando no dia 11/04/2019 às 08h30min, licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2019**, tipo menor preço por item, objetivando a contratação de serviços médicos para atender as demandas de ações e programas do município. Informações complementares no endereço acima mencionado através do e-mail: licitacao.josenopolismg@gmail.com. Jose Guilherme Teixeira – Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA-MG  
AVISO DE LICITAÇÃO

O município de Itabira torna público que fará realizar **PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA PMI/SMA/SUMAP/DICOM Nº 015/2019, PROCESSO 042/2019**, cujo objeto consiste no **Registro de preços, por item, para eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itabira/MG, conforme quantidades e especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência, com vigência de 12 (doze) meses. A data limite para recebimento e abertura das propostas será dia 08/04/2019 às 12 horas e o início da disputa do pregão dar-se-á no dia 08/04/2019 às 13 horas. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) a partir do dia 27/03/2019 e na Diretoria de Compras, 2º andar da Prefeitura, na Avenida Carlos de Paula Andrade nº 135 – Centro – Itabira/MG – Telefone (31) 3839-2200 – 3839-2118, de 2ª a 6ª feira, no horário de 12 às 18 horas.**

Itabira, 26 de março de 2019.

**Maria Regina Silva Oliveira Camilo**  
Secretária Municipal de Administração

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO NAVARRO/MG - AVISO DE LICITAÇÃO.** Processo Licitatório 12/19. Pregão Presencial 05/19. Objeto: Registro de preços para aquisição de veículos automotivos para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde. Sessão dia 09/04/19 às 09:00 h. Processo Licitatório 18/19. Concorrência 01/19. Objeto: Concessão de uso, a título oneroso do bar e suas dependências da área da praça de eventos Jose Valci Fernandes na cidade de Engenheiro Navarro/Mg. Sessão dia 25/04/19 às 09:00 h. Processo Licitatório 21/19. Concorrência 02/19. Objeto: Concessão de uso, onerosa, para exploração das dependências da pista de vaquejada na cidade de Engenheiro Navarro/Mg. Sessão dia 25/04/19 às 11:00 h. Edital disponível no site [www.engenheironavarro.mg.gov.br](http://www.engenheironavarro.mg.gov.br).  
Bianca S. Rodrigues. Presidente da CPL.

**EXPEDIENTE DO JUDICIÁRIO - COMARCA DE NOVA LIMA - ESTADO DE MINAS GERAIS - SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL - EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS - A DOUTORA MARIA JULIANA ALBERGARIA COSTA, MMª Juíza de Direito da Segunda Vara Cível da Comarca, na forma da lei, etcª Faz saber, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, a requerimento de BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A, nos autos da ação de MONITÓRIA, processo nº 0188.16.000968-7, em face de DIVINO FERREIRA DE OLIVEIRA, em trâmite por este Juízo e Secretaria da 2ª Vara Cível. E pelo presente edital, CITA e CHAMA o réu DIVINO FERREIRA DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 299.257.976-91, atualmente em lugar incerto e não sabido, para querendo e no prazo de 15 (quinze) dias, contestar o pedido inicial, sob pena de revelia e ser imediatamente julgada procedente, ficando advertida que não sendo contestada a ação, se presumirá aceito pelo mesmo, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor na inicial (art. 285 e 319, do CPC). E para que chegue ao conhecimento de você, expediu-se o presente edital que será publicado no Diário do Judiciário Eletrônico e afixado em quadro próprio localizado no andar térreo do fórum desta Comarca. Dado e passado nesta cidade e Comarca, aos 07 dias do mês de Março do ano de 2019. Eu, Sônia Nunes de Paula, Auxiliar de Secretaria da Secretaria da 2ª Vara Cível desta Comarca, digitei. Dra. Maria Juliana Albergaria Costa, MMª. Juíza de Direito. ADVOGADO (A) DO (A) EXEQUENTE: OAB/MG 99.080.**

DMAES DE PONTE NOVA/MG  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL

DMAES de Ponte Nova/MG torna público que estará credenciando representantes e recebendo envelopes para: **PROCESSO 012 - PREGÃO 009/2019. OBJETO: Aquisição de Persianas e Películas para janelas. EXCLUSIVO PARA ME OU EPP. CREDENCIAMENTO: A partir das 13h do dia 11/04/2019. Conforme especificações e condições do Anexo I - Termo de Referência. Os envelopes e declarações deverão ser entregues pessoalmente após o término do credenciamento, ou via postal ou outro meio, desde que tempestivamente, na Sala do Setor de Compras/Licitações. O Edital poderá ser obtido no site do DMAES: [www.dmaespontenova.mg.gov.br](http://www.dmaespontenova.mg.gov.br), ou solicitado em dias úteis, de 12 às 18h, pessoalmente, ou pelo telefone (31) 3819-5371 (RAMAL PREGÃO) ou e-mail: [pregao@dmaespontenova.mg.gov.br](mailto:pregao@dmaespontenova.mg.gov.br). Pedidos de esclarecimentos, impugnações, demais informações ou condições se encontram no Edital. Todos os atos ocorrerão na Sede Administrativa do DMAES, Avenida Ernesto Trivellato, nº 158, Bairro Triângulo, Ponte Nova/MG.**

Ponte Nova/MG, 22/03/2019

Anderson Roberto Nacif Sodré

Diretor Geral

Lúcio Mauro Gomides

Pregoeiro em substituição

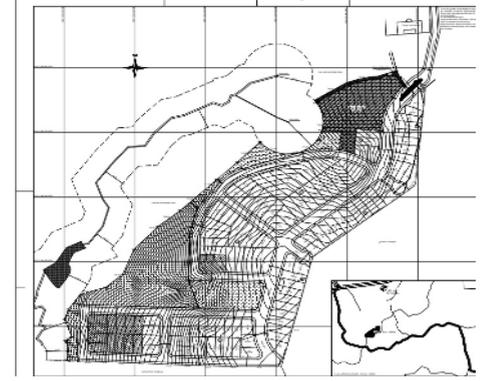
## SINDICATO DOS EMPREGADOS EM INSTITUIÇÕES BENEFICENTES, RELIGIOSAS E FILANTRÓPICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - SINTIBREF-MG. EDITAL DE COMUNICAÇÃO DO RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA

Pelo presente edital, o SINTIBREF-MG – Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas do Estado de Minas Gerais (Reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 10/11/98), inscrito no CNPJ: 02.131.247/0001-72 e Código Sindical: 020.789.89841-0, comunica aos Senhores Empregadores das Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas (Associações, Congregações, Irmandades, Creches, Institutos, Fundações, Igrejas de todos os credos; Centros de recuperação; Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP's; Institutos de Longa Permanência; Asilos; Casas lares; outras instituições que trabalham com Crianças, Adolescentes, Jovens, Adultos e/ou Idosos como Beneficiários da Assistência Social; Organizações - Não Governamentais; Organizações Sociais – OS e Instituições Sem Fins Lucrativos), em todo o Estado de Minas Gerais, conforme determina os Artigos 578 ao 591 da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) e do desconto da Contribuição Sindical Urbana de cada um de seus empregados deve ser efetuado até o dia 31 de Março de 2019 (art. 580, inciso I e art. 582 da CLT) e fazer o recolhimento em nome de SINTIBREF-MG – Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes Religiosas e Filantrópicas do Estado de Minas Gerais, preferencialmente em Casas Lotéricas ou nas agências da Caixa Econômica Federal até o dia 30 de Abril de 2019, impreterivelmente. O comprovante de pagamento com autenticação bancária legível, acompanhado da relação nominal e seus respectivos salários, deve ser enviado ao SINTIBREF-MG no prazo de até 30 (trinta) dias após o desconto. Por este edital, ficam desde já, todos os Empregadores notificados de que nos termos do artigo 578 da CLT e da cláusula oitava do Termo Aditivo da Convenção Coletiva de Trabalho 2019/2019, com registro no MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO sob o número MG000550/2019, são obrigados a descontarem em folha de pagamento dos seus empregados as contribuições sindicais relativas ao mês de março de cada ano e repassá-la no mês de abril ao SINTIBREF-MG, desde que haja a autorização expressa pelo empregado que desejar contribuir, conforme estabelecido pelo artigo 579 da CLT, e entregue ao Departamento de Pessoal ou Recurso Humanos das Instituições Empregadoras, para que seja realizado o desconto na folha de pagamento do mês subsequente. Ficam as Instituições advertidas que, em caso de não recolhimento da Contribuição Sindical Urbana de seus empregados até a data supra, ficará sujeita a penalidade do Art. 598 e 600 da CLT e o SINTIBREF/MG promoverá nos termos do Art. 606 da CLT, a competente Ação Judicial de Cobrança, mediante Ação Executiva, valendo como título de dívida a Certidão expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego. As Instituições Empregadoras devem solicitar as respectivas guias de recolhimento do Imposto Sindical dos empregados que autorizam prévia e expressamente o referido desconto, desde que solicitado ao SINTIBREF/MG, situado a Rua Rodrigues Caldas, 703 | Bairro Santo Agostinho | CEP 30190-120 | Belo Horizonte | MG | Tele / Fax: (31) 3423-8686 / 3586-6553 ou através do e-mail: [arrecadacao@sintibref-minas.org.br](mailto:arrecadacao@sintibref-minas.org.br).  
Belo Horizonte, 26 de março de 2019.  
Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho – Diretor Presidente do SINTIBREF-MG.

Edital – Diuliane Moreira de Aguiar, Oficiala Interina do Registro de Imóveis da Comarca de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais, etc.

Faz saber a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de Almeida Tênis Parque Empreendimentos Imobiliários SPE LTDA, CNPJ 19.314.856/0001-60, foi requerido o Registro do loteamento denominado "Almeida Tênis Parque" situado na zona de expansão urbana deste município de Jaboticatubas, constituído por 114 (cento e quatorze) lotes, em 08 (oito) quadras, sendo a área dos lotes de 51.673,44m<sup>2</sup>, sendo que as quadras 6 (lotes 6 e 7) e 8 (lotes 5 a 16) são destinadas às áreas de interesse social que equivalem a uma área de 5.550,81m<sup>2</sup>. Área verde 15.209,59m<sup>2</sup>, com sistema viário constituído por 06 (seis) ruas com 14 m de largura e 01 (uma) avenida com 19m de largura, área institucional 7.594,48m<sup>2</sup>. 01 área de lazer com 4.084,38m<sup>2</sup>, uma praça com 2.614,02m<sup>2</sup>, uma faixa de servidão com 657,22m<sup>2</sup>, área total loteada 110.393,00m<sup>2</sup>, e cujo loteamento foi devidamente aprovado pelo Município em 01/10/2018, com parecer favorável dos demais órgãos. A situação do loteamento é a constante do croqui abaixo. A documentação exigida pela Lei 6.766/79, encontra-se neste cartório à disposição dos interessados. As impugnações deverão ser apresentadas neste cartório até 15(quinze) dias contados da terceira e última publicação deste edital, findo o prazo e não havendo impugnação, será o loteamento registrado como determina a Lei. Dado e passado nesta cidade de Jaboticatubas-MG, aos 22 (vinte e dois) do mês de março. A Oficiala:

Diuliane Moreira de Aguiar



## AVISO RESUMIDO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO II CONGRESSO ESTADUAL (ASSEMBLEIA GERAL) DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DO RAMO FINANCEIRO DE MINAS GERAIS

A Presidente da **FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DO RAMO FINANCEIRO DE MINAS GERAIS (CNPJ nº 16.665.597/0001-23)**, com sede na Rua Tupis, nº 457, salas 404-407, Centro, Belo Horizonte, **CONVOCA** todas as entidades filiadas e em condições regulares nos termos do artigo 68 de seu Estatuto Social, para o **II CONGRESSO ESTADUAL (ASSEMBLEIA GERAL)** a realizar-se nos dias **3, 4 e 5 de maio de 2019**, com início às **17 horas do dia 3** e encerramento às **12 horas do dia 5 de maio de 2019**, no Salão de Convenções e Eventos do Normandy Hotel, Rua dos Tamoios, 212, Centro, Belo Horizonte, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- Aprovação do Regimento Interno do Congresso;
- Análise de conjuntura e debates, conforme programação aprovada no Regimento Interno;
- Eleição da nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, no dia 5 de maio de 2019, às 10 horas.

Cópia do inteiro teor do edital encontra-se afixada na sede da FETRAFI-MG e nos sindicatos filiados, a saber: 1) Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Belo Horizonte e Região; 2) Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Cataguases e Região; 3) Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Ipatinga e Região; 4) Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Patos de Minas e Região; 5) Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Uberaba e Região; 6) Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Financeiro de Divinópolis e Região; 7) Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da Zona da Mata e Sul de Minas; 8) Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Financeiro de Teófilo Otoni e Região.

Belo Horizonte, 27 de março de 2019.

Magaly Lucas Fagundes  
Presidenta FETRAFI-MG

# Barra do Brauna Energética S.A.

CNPJ Nº 04.987.866/0001-99

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31/12/2018 E 2017 (Em MRS, exceto quando indicado de outra forma)		
	2018	2017
<b>ATIVO</b>		
<b>Circulante</b>	14.261	26.766
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	4.082	16.057
Contas a receber (Nota 4)	7.349	6.580
Estoques	983	749
Impostos a recuperar	71	174
Despesas antecipadas (Nota 5)	1.079	2.644
Outros	697	562
<b>Não circulante</b>	221.265	236.572
Depósitos resstituíveis e valores vinculados (Nota 6)	4.309	—
Despesas antecipadas (Nota 5)	454	125
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga (Nota 7)	20.289	21.465
Imobilizado (Nota 8)	200.479	210.630
Depósitos judiciais	43	43
<b>Total do ativo</b>	235.526	263.338
<b>PASSIVO</b>		
<b>Circulante</b>	10.516	17.847
Contas a pagar (Nota 9)	3.674	3.755
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	—	7.803
Impostos e contribuições a recolher	663	785
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga (Nota 7)	2.440	2.438
Dividendos a pagar (Nota 18)	3.739	3.066
<b>Não circulante</b>	25.616	84.389
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	—	56.833
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de Outorga (Nota 7)	25.580	27.556
Provisão para contingências (Nota 11)	36	—
<b>Patrimônio líquido</b>	152.294	161.102
Capital social (Nota 12)	109.167	119.167
Reservas de lucros (Nota 12)	15.347	12.541
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 12)	27.780	29.394
Recursos destinados a aumento de capital (Nota 18)	47.100	—
<b>Total do patrimônio líquido e dos recursos destinados a aumento de capital</b>	199.394	161.102
<b>Total do passivo, do patrimônio líquido e dos recursos destinados a aumento de capital</b>	235.526	263.338

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31/12/2018 E 2017 (Em MRS, exceto quando indicado de outra forma)		
	2018	2017
<b>Receita operacional líquida (Nota 13)</b>	48.131	47.804
<b>Custo de geração de energia (Nota 14)</b>	(20.281)	(24.575)
<b>Lucro bruto</b>	27.310	23.229
<b>Despesas operacionais</b>	(5.350)	(2.949)
Gerais e administrativas (Nota 14)	(2.644)	(2.253)
Outras despesas operacionais (Nota 15)	(2.706)	(696)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos</b>	21.960	20.280
<b>Resultado financeiro</b>	(4.444)	(5.245)
Receitas financeiras (Nota 16)	904	1.958
Despesas financeiras (Nota 16)	(5.348)	(7.203)
<b>Lucro antes do IR e da contribuição social</b>	17.516	15.035
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	(1.775)	(2.128)
Corrente (Nota 17)	(1.775)	(2.128)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	15.741	12.907
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES</b>		
EM 31/12/2018 E 2017 (Em MRS, exceto quando indicado de outra forma)		
	2018	2017
Lucro líquido do exercício	15.741	12.907
Outros resultados abrangentes	—	—
Outros resultados abrangentes líquidos	—	—
<b>Total de resultados abrangentes do exercício</b>	15.741	12.907

original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são contas a pagar, empréstimos e financiamentos e Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga. c) **Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária:** Os ativos e passivos sujeitos à indexação são atualizados monetariamente com base nos índices aplicáveis vigentes na data do balanço. As variações monetárias são reconhecidas no resultado pelo regime de competência. d) **Estoques:** Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização. e) **Ativo imobilizado:** É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Sociedade na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe. A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de concessão, dos dois o menor. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são demonstradas na Nota 8. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os gastos com manutenção dos ativos da Sociedade são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados. f) **Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais. g) **Provisão:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. h) **Auração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência. i) **Reconhecimento da receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. Mais especificamente, a receita de venda de energia é reconhecida quando a energia é entregue ao cliente. j) **Imposto de renda e contribuição social:** São apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor. k) **Meio ambiente:** Todos os custos socioambientais, previstos na legislação ambiental, são avaliados e estimados durante a construção da usina e registrados no ativo imobilizado até o final da construção, sendo depreciados pelo prazo de concessão. Os gastos ambientais relacionados à manutenção da gestão ambiental da usina são reconhecidos no resultado à medida que incorrem. l) **Estimativas contábeis:** As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente. m) **Recuperação de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. n) **Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. o) **Ativo circulante e não circulante:** São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidos. **2.4. Novos pronunciamentos contábeis:** Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 01/01/2018, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no exercício atual e em exercício anteriores: • **CPC 48 - Instrumentos financeiros:** A norma inclui novos modelos para os três aspectos de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de "hedge". • **CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes:** A norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes, onde a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Sociedade são divulgadas abaixo. A Sociedade pretende adotar essas normas, se for o caso, quando elas entrarem em vigor: • **CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil:** A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). Caso a adesão a norma CPC06 (R2) seja aplicável a Sociedade, a mesma o adotará retrospectivamente com o efeito cumulativo da aplicação inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial. A Sociedade planeja não representar informações comparativas, mas reconhecerá o efeito cumulativo da aplicação inicial da norma como um ajuste ao saldo inicial dos lucros retidos (ou outro componente do patrimônio, conforme apropriado), na data da aplicação inicial. O motivo dessa escolha é atender à adoção usada na política de contabilidade corporativa. Durante 2018, a Sociedade efetuou uma avaliação detalhada do impacto do CPC 06 (R2), optando por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerrarem em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

	2018	2017
Caixa e depósitos bancários	2.122	1.666
Aplicações financeiras	1.960	14.391
<b>Total</b>	4.082	16.057

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2018 E 2017 (Em MRS, exceto quando indicado de outra forma)						
	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido	Recursos destinados a aumento de capital
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros			
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	119.167	1.086	11.002	31.008	162.263	—
Realização da avaliação patrimonial (Nota 12.c)	—	—	—	(1.614)	1.614	—
Declaração de dividendos ocorridas no exercício (Nota 12.d)	—	—	(11.002)	—	(11.002)	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	12.907	12.907	—
Constituição de reserva legal (Nota 12.b)	—	645	—	(645)	—	—
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 12.d)	—	—	—	(3.066)	(3.066)	—
Reserva de retenção de lucros (Nota 12.b)	—	—	10.810	(10.810)	—	—
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	119.167	1.731	10.810	29.394	161.102	—
Realização da avaliação patrimonial (Nota 12.c)	—	—	—	(1.614)	1.614	—
Adiantamento para futuro aumento de capital	—	—	—	—	—	47.100
Declaração de dividendos ocorridas no exercício (Nota 12.d)	—	—	(10.810)	—	(10.810)	—
Redução de capital ocorrida no exercício (Nota 12.a)	(10.000)	—	—	—	(10.000)	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	15.741	15.741	—
Constituição de reserva legal (Nota 12.b)	—	787	—	(787)	—	—
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 12.d)	—	—	—	(3.739)	(3.739)	—
Reserva de dividendos complementares (Nota 12.b)	—	—	12.829	(12.829)	—	—
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	109.167	2.518	12.829	27.780	152.294	47.100

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2018	2017
Banco ABC Brasil S.A.	CDB	CDI	—	14.391
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI	CDI	1.960	—
			1.960	14.391

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

	2018	2017
Venda de energia	5.502	5.498
Venda de energia - MRE/CCEE (*)	841	—
Contas a receber - partes relacionadas	1.006	1.082
	7.349	6.580

(\*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	2018	2017
Saldo a vencer	6.343	5.498
Saldo vencido de 31 a 90 dias	1.006	—
Saldo vencido de 181 a 365 dias	—	1.082
<b>Total</b>	7.349	6.580

A Administração não espera perdas no saldo do contas a receber. **5. Despesas antecipadas:** A composição das despesas antecipadas é a seguinte:

	2018	2017
Adesão ao deslocamento hidráulico	1.361	2.268
Prêmio de seguro de risco operacional	172	501
<b>Total</b>	1.533	2.769

Ativo circulante 1.079 2.644  
Ativo não circulante 454 125  
Durante o exercício de 2015 foram publicadas a Lei nº 13.203, de 08/12/2015, e a Resolução Normativa nº 684, de 11/12/2015, que estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica por agentes participantes Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, com o objetivo de buscar uma solução para condições hidrológicas adversas. Em 18/12/2015 o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a proposta de repactuação do risco hidrológico, no qual optou-se pela classe de produto SP100, com prêmio de risco associado de R\$9,50/MWh. Os valores antecipados, referente ao prêmio de risco, serão compensados com os prêmios devidos do período de janeiro de 2016 a junho de 2020. **6. Depósitos resstituíveis e valores vinculados:** As aplicações financeiras classificadas como depósitos resstituíveis e vinculados a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2018	2017
Banco Itaú S.A.	Fundos	CDI	—	4.309
			—	4.309

Em 31/12/2018, a totalidade do saldo foi baixado, em razão do pré-pagamento da obrigação de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 10). **7. Uso do Bem Público - UBP - Direitos de Outorga:** A Sociedade, como retribuição da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da Usina Barra do Brauna, desembolsará à União, ao longo do prazo de vigência do Contrato de Concessão e enquanto o estiver explorando, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido nos contratos de concessão, atualizados anualmente com base na variação anual do IGP-M, calculado pela FGV. A primeira parcela foi desembolsada no início da operação comercial da 1ª unidade geradora e a última parcela ocorrerá no término da concessão, em março de 2036. O saldo do ativo é amortizado pelo prazo da concessão desde o momento em que a usina entrou em operação. O saldo do passivo é atualizado mensalmente pelos encargos financeiros ("pró-rata temporis"), conforme determinado no respectivo contrato de concessão, e a contrapartida dessa atualização monetária é registrada como despesa financeira - variação monetária passiva. O valor presente das parcelas foi calculado utilizando taxa de desconto de 3,5% ao ano tomando como base TJLP na data da concessão de 8% e a expectativa de inflação em 4,5%. A Sociedade tem registrado o total do direito de outorga, ativo contra passivo, pelo valor presente, desde a entrada da usina em operação. **Movimentação do Uso do Bem Público - Direitos de Outorga:**

	2018	2017
<b>Saldo do ativo</b>		
Saldo inicial	21.465	22.641
Amortização	(1.176)	(1.176)
Saldo final	20.289	21.465

	Em serviço				Em curso			
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissão e distribuição	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	Total
<b>31/12/2016</b>	4.183	98.059	173.909	16.225	848	455	1.145	294.824
Adições	—	—	—	43	—	165	310	518
Baixas	—	—	—	—	—	—	(8)	(8)
Transferências	—	915	—	279	—	(57)	(1.137)	—
<b>31/12/2017</b>	4.183	98.974	173.909	16.547	848	563	310	295.334
Adições	—	—	—	—	—	242	1.297	1.539
Baixas	—	(53)	—	—	—	—	(12)	(65)
Transferências	—	172	—	—	—	—	(172)	—
<b>31/12/2018</b>	4.183	99.093	173.909	16.547	848	805	1.423	296.808
<b>31/12/2016</b>	(1.065)	(26.589)	(40.862)	(4.334)	(225)	—	—	(73.075)
Adições de depreciação	(163)	(3.941)	(6.851)	(641)	(33)	—	—	(11.629)
<b>31/12/2017</b>	(1.228)	(30.530)	(47.713)	(4.975)	(258)	—	—	(84.704)
Adições de depreciação	(163)	(3.952)	(6.852)	(642)	(33)	—	—	(11.642)
Baixas de depreciação	—	17	—	—	—	—	—	17
<b>31/12/2018</b>	(1.391)	(34.465)	(54.565)	(5.617)	(291)	—	—	(96.329)

a) **Método de depreciação:** A Sociedade efetuou a revisão da taxa de depreciação de seu ativo imobilizado ao final dos exercícios de 2018 e 2017 e não alterou a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos de edificações, obras civis e benfeitorias, máquinas e equipamentos, reservatórios, barragens e adutoras e transmissão e distribuição. Para o cálculo da depreciação, é considerado a vida útil dos bens ou o prazo de concessão, dos dois o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Sociedade à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

	Vida útil
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	30 a 50 anos
Transmissão e distribuição	20 a 40 anos

b) **Adoção do custo atribuído ("deemed cost"):** Conforme faculdade estabelecida pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), a Sociedade optou durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, pela avaliação do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado (somente para os bens referentes à operação da usina). Os valores atribuídos foram determinados por meio do fluxo de caixa descontado, gerando um acréscimo em 01/01/2009 de R\$42.308, o qual foi registrado no ativo imobilizado. Não foi constituído passivo diferido sobre o montante uma vez que a Sociedade apura impostos com base no lucro presumido. A contrapartida do saldo é registrada no patrimônio líquido, no grupo de "ajustes de avaliação patrimonial". c) **Teste de redução ao valor recuperável de ativos ("impairment"):** De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
EM 31/12/2018 E 2017  
(Em MRS, exceto quando indicado de outra forma)

	2018	2017
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	15.741	12.907
Lucro líquido do exercício	15.741	12.907
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa	—	—
Depreciação (Nota 8)	11.642	11.629
Amortização de UBP (Nota 7)	1.176	1.176
Encargos financeiros, líquidos (Nota 10)	4.128	6.155
Baixa de ativo imobilizado (Nota 8)	48	8
Provisão para contingências (Nota 11)	36	—
Atualização monetária do UBP (Nota 7)	974	1.042
(Aumento) redução nos ativos operacionais	(769)	173
Contas a pagar	(234)	(97)
Impostos a recuperar	103	65
Despesas antecipadas	1.236	1.857
Outros	(135)	(68)
Aumento (redução) nos passivos operacionais	(81)	1.105
Contas a pagar	(122)	(26)
Impostos e contribuições a recolher	(2.948)	(2.974)
Uso do Bem Público (UBP) - direito de outorga (Nota 7)	(30.795)	(32.952)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	30.795	32.952
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Depósitos resstituíveis e valores vinculados	4.309	(303)
Aumento para futuro aumento de capital	47.100	—
realizados (Nota 18)	(1.539)	(518)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado (Nota 8)	(518)	(518)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	49.870	(821)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Redução de capital (Nota 12.a)	(10.000)	—

# Barra do Braúna Energética S.A.

CNPJ Nº 04.987.866/0001-99

Movimentação do empréstimo nos respectivos exercícios:

	2018	2017
Saldo inicial	64.636	71.689
Juros provisionados	3.832	5.423
Juros incorporados ao principal (*)	296	732
Amortização - principal	(64.708)	(7.759)
Pagamento - juros	(4.056)	(5.449)
Saldo final	64.636	64.636

Os contratos junto ao BNDES com vencimentos finais em 15/06/2026, tiveram seu saldo devedor total pago em 11/10/2018. **11. Provisão para contingências:** Com base nos fatos atualmente disponíveis e na opinião de seus consultores legais, a Administração da Sociedade acredita que a resolução de boa parte dessas causas atuais ou discussões potenciais deverá ser satisfatória para as envolvidas, e para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, constitui provisão. Segue abaixo a movimentação das contingências provisionadas pela administração:

	Cíveis
<b>31 de dezembro de 2016</b>	—
Adição	—
Baixa	—
Atualização	—

<b>31 de dezembro de 2017</b>	—
Adição	38
Baixa	(2)
Atualização	—

<b>31 de dezembro de 2018</b>	36
-------------------------------	----

Em 31/12/2018 as provisões para contingências, classificadas como perda provável refere-se a duas ações indenizatórias e uma manutenção de posse. Em 31/12/2018 existem processos judiciais de natureza cível, cuja indenizatória e manutenção de posse, são classificadas pela Sociedade como perda possível, no montante de R\$3.631 (não existiam processos em 31/12/2017), referente a ações de indenização de pescadores. **12. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado, em 31/12/2018 é de R\$109.167 (em 31/12/2017 era de R\$119.167), dividido em 104.416.262 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 12/04/2018, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, reduziram o capital da Sociedade em R\$10.000, sem cancelamento de ações. b) Reservas de lucros: b.1) Reserva legal: O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. b.2) Saldo do lucro líquido do exercício: O lucro remanescente após compensação dos prejuízos, constituição da reserva legal, distribuição do dividendo mínimo obrigatório e possível valor destinado pela Assembleia Geral para a distribuição de dividendos complementares limitados a 25% do lucro líquido ajustado após as deduções supracitadas e/ou para outras reservas de lucros que se façam necessárias, deverá ser destinado à Reserva de Retenção de Lucros até que seja obtida aprovação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para distribuição aos acionistas. Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos. c) Ajuste de avaliação patrimonial: Os efeitos decorrentes da avaliação do ativo imobilizado da Sociedade, realizada em 01/01/2009 em conformidade com o CPC 27 e ICPC 10, foram alocados no patrimônio líquido na rubrica "ajuste de avaliação patrimonial". Os valores serão transferidos à conta de "lucros acumulados" na mesma proporção em que o ativo imobilizado for depreciado. d) Dividendos: O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações. Em 05/12/2018, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2017, no valor de R\$7.745 (R\$29.35 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial. Em 17/04/2018, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2017, no valor de R\$3.065 (R\$7,17 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial. Em 11/12/2017, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2014, 2015 e 2016, no valor de R\$9.745 (R\$93,33 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial. Em 04/09/2017, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2016, no valor de R\$1.257 (R\$12,04 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

	2018	2017
Resultado do exercício	15.741	12.907
Constituição da reserva legal	(787)	(645)
Base de cálculo para apuração de reservas e dividendos	14.954	12.262
Dividendos mínimos obrigatórios	(3.739)	(3.066)
Realização da avaliação patrimonial	1.614	1.614
Constituição de reserva de retenção de lucros	12.829	10.810

	2018	2017
<b>13. Receita operacional líquida</b>		
<b>Classe</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Fornecimento de energia		
Venda de energia elétrica	48.345	46.907
Venda de energia elétrica - partes relacionadas	14	—
Resultado com MRE e CCEE (*)	1.537	2.636
	49.896	49.543

Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a venda		
PIS	(314)	(310)
COFINS	(1.451)	(1.429)
Receita operacional líquida	48.131	47.804

(\*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

	2018	2017
<b>14. Divulgação dos custos e das despesas por natureza</b>		
Custo de geração de energia	1.722	1.713
Royalties ANEEL	1.722	1.713

Custo com a operação		
Impostos, licenças e taxas	22	33
Serviços de terceiros	2.329	2.861
Seguros	1.292	2.534
Pessoal	18	28
Depreciação e amortização	12.818	12.805
Manutenção	578	247
MRE/CCEE	1.729	3.977
Telecomunicações	94	97
Outros	219	280
	19.099	22.862
Total do custo de geração de energia	20.821	24.575
Despesas gerais e administrativas		
Impostos, licenças e taxas	49	42
Viagens	7	—
Serviços de terceiros	156	98
Pessoal	2	1
Rateio de despesas (*)	2.430	2.112
Total das despesas gerais e administrativas	2.644	2.253
Total de custos e despesas gerais e administrativas	23.465	26.828

(\*) Valores relativos ao contrato de compartilhamento de despesas com sua controladora (BER).

	2018	2017
<b>15. Outras despesas operacionais</b>		
Receita por indenização	—	351
Despesas com projetos	(2.655)	(1.016)
Ganho (perda) na venda de ativos	(48)	9
Outros	(3)	(40)
Total	(2.706)	(696)

	2018	2017
<b>16. Resultado financeiro</b>		
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	904	1.958
Total	904	1.958
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	4.128	6.155
Correção monetária UBP	974	1.042
Outros	246	6
Total	5.348	7.203

	2018	2017
<b>17. Imposto de renda e contribuição social</b>		
Corrente		
Imposto de renda	1.171	1.432
Contribuição social	604	696
Total com despesas de impostos	1.775	2.128

A Sociedade calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:

	2018	2017
Faturamento (fornecimento de energia)	48.359	48.359
Ajuste de base MRE/CCEE	(1.864)	(1.864)
	48.359	47.679
% para base de cálculo	8%	12%
Base de cálculo	3.869	5.803
Receitas financeiras	904	904
Outras receitas	—	51
Base de cálculo total	4.773	6.707
% do imposto (*)	25%	9%
	1.169	604
Outros	2	—
Total	1.171	604

(\*) A aplicação das alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9%, para contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

**18. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas estão resumidas como segue:

	Nota	2018	2017
<b>Ativo</b>			
Contas a receber			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(a)	1.006	1.082
		1.006	1.082

<b>Passivo</b>			
Contas a pagar			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(b)	1.695	1.145
		1.695	1.145

Dividendos a pagar			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(c)	3.739	3.066
		3.739	3.066

Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(d)	47.100	—
		47.100	—

<b>Resultado</b>			
Venda de energia			
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(e)	14	—
		14	—

(a) Contas a receber entre a Sociedade e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros; (b) Contas a pagar entre a Sociedade e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros; (c) Referem-se aos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Sociedade; (d) Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), aportado pela controladora da Sociedade; (e) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo. **19. Seguros:** A Sociedade tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeita a riscos, considerando a natureza da sua atividade. O total da cobertura segurada em 31/12/2018 é de R\$272.268 (R\$272.268 em 31/12/2017) para os bens vinculados à autorização. A apólice de seguro mantida pela Sociedade tem como proponente principal a São João Energética S.A., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as usinas do grupo. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderão exceder o limite máximo de indenização combinado. Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$620.000 (R\$620.000 em 31/12/2017). A redução ou aumento do valor de danos materiais se deve à conclusão das avaliações patrimoniais efetuadas por empresa externa em dezembro de 2015 e atualizada em dezembro de 2017. A análise de risco considerou um LMI (Limite Máximo de Indenização) para 2017/2019 de 90% do Valor em Risco Total considerando a maior exposição da Sociedade. Seguindo a métrica dos anos anteriores a maior exposição são as usinas do complexo do Rio Pomba (Ivan Boelheo I, II, III e Zé Tunin). O aumento no valor de Lucros Cessantes se deve a cobertura de 12 meses de período indenitário de aquisição da energia não gerada no mercado "spot" ao valor teto regulatório do PLD. A contratação desse novo produto mitiga em 100% a exposição das usinas com as oscilações de compra e venda de energia no mercado "spot". **20. Meio ambiente:** A Sociedade possui um Sistema de Gestão Ambiental baseada em normas ambientais internacionalmente aceitas que definem os requisitos para estabelecer e operar o Sistema de Gestão Ambiental. Os custos ambientais recorrentes estão diretamente relacionados à renovação das licenças de operação e ao atendimento as condicionantes ambientais conforme determinado pelo órgão regulador ambiental. O total de custos com meio ambiente em 31/12/2018 foi de R\$245 (R\$1.218 em 31/12/2017), sendo R\$180 relacionado ao atendimento de condicionantes ambientais e R\$65 referente ao atendimento a requisitos legais. **21. Instrumentos financeiros:** Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros. a) **Análise dos instrumentos financeiros:** A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. b) **Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:** Os ativos financeiros da Sociedade são classificados por meio do resultado ou custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
	<b>A valor</b>	<b>A valor</b>
	<b>Custo justo por amor-</b>	<b>Custo justo por amor-</b>
	<b>tizado resultado</b>	<b>tizado resultado</b>
	<b>Total</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	—	4.082
Contas a receber	7.349	6.580
Depósitos restituintes e valores vinculados	—	4.309
Uso do Bem Público - UBP	—	—
- Direitos de outorga	20.289	21.465
	27.638	28.045
	20.289	21.465
	27.638	28.045

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo

são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como valor justo por meio do resultado ou custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
<b>Passivos financeiros</b>	<b>amortizado</b>	<b>amortizado</b>
Contas a pagar	3.674	3.755
Empréstimos e financiamentos	—	64.636
Uso do Bem Público (UBP)	28.020	29.994
	31.694	98.385

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado. Em 31/12/2018 e de 2017, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir: • Caixa e bancos: Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. • Aplicações financeiras: São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais. • Contas a receber: São classificadas como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Empréstimos - instituições financeiras: São classificadas como passivos financeiros não mensurados ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos são calculados com base na projeção dos fluxos futuros das operações (ativo e passivo), utilizando as curvas de mercado descontadas a valor presente. A Sociedade não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2018 e 2017. c) **Mensuração do valor justo:** A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado: a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos. b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	4.082	16.057
Depósitos restituintes e valores vinculados	—	4.309

c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo. A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31/12/2018 e 2017. A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros são aproximados do valor contábil. d) **Gestão de risco:** As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades. Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem à tal exposição. Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o "rating" disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são: i) **Risco de crédito:** Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador. ii) **Risco de liquidez:** Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem. iii) **Risco de concentração de carteira de clientes:** A Sociedade possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira. Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Sociedade efetua avaliações financeiras, possui garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência. iv) **Risco de taxa de juros:** Refere-se ao risco da Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** Aos Acionistas e Administradores da Barra do Braúna Energética S.A. - Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Barra do Braúna Energética S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Barra do Braúna Energética S.A. em 31/12/2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 15/03/2019. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. - CRC-2SP015199/O-6. Daniel de Araujo Peixoto - Contador CRC-1BA025348/O-9.

no mercado e partes relacionadas. A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação. v) **Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos:** Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis ("covenants" financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendidos plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações. vi) **Risco hidrológico:** De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, consoante na respectiva autorização. Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado "spot" ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados. Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Trata-se de um mecanismo de "hedge" compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE. Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado "Generation Scaling Factor" (GSF), fazendo com que a Sociedade tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco a Sociedade aderiu ao programa de repactuação do risco hidrológico, aonde o risco hidrológico foi repassado para os consumidores de energia. vii) **Risco de não renovação da concessão e autorização:** A Sociedade detém outorgas de concessão e autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos, que possuem direito a renovação. Os critérios para renovação destas concessões e autorizações de empreendimentos hidrelétricos foram regulamentados pelo Decreto 9.158/2017, de 21/09/2017. O referido Decreto dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, não tenham sido prorrogadas anteriormente e cujo empreendimento se encontre em operação, poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP). O valor da UBP será publicado com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga, a partir de metodologia a ser



### EDITAL DE LEILÃO PRESENCIAL E "ON-LINE" DE APARTAMENTO - UBÁ/MG

Local dos leilões: Auditório Freitas - Praça da Liberdade, 130 - 16º andar - Liberdade - São Paulo/SP



Sergio Villa Nova de Freitas, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 316, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A., promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infraditados, na forma da Lei 9.514/97. Localização do imóvel: **Ubá-MG**, Bairro Paulino Fernandes IV, Rua Coqueiral (antiga Rua G), 320, Ed. Gilmar dos Santos, **Ap. 301** (pav. 3º e cobertura), c/ uma vaga de garagem. Área constr. 114,23m². Matr. 44.410 do RI local. Obs.: Constatam Ações de Procedimento Comum, processo nº 5001182-09.2018.8.13.0699, em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Ubá-MG e processo nº 5001784-97.2018.8.13.0699, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Ubá-MG. O Vendedor responde pelo resultado das ações, de acordo com os critérios e limites estabelecidos nas "Condições de Venda dos Imóveis" constantes do edital. Atual denominação do logradouro pendente de averbação no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes correrão por conta do comprador. Ocupado. (AF). **1º Leilão: 11/04/2019, às 10h30. Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da Lei 9.514/97, incluído pela Lei 13.465 de 11/07/2017. Para mais informações - tel.: (11) 3117-1001. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: [www.BANCO.BRADESCO/LEILOES](http://www.BANCO.BRADESCO/LEILOES) e [www.FREITASLEILOIRO.com.br](http://www.FREITASLEILOIRO.com.br)



### EDITAL ÚNICO DE LEILÃO | PRESENCIAL E ON-LINE

1º Leilão: dia 05/Abril/19 às 11h00 2º Leilão: dia 12/Abril/19 às 11h00



**EDUARDO CONSENTINO**, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI** - preposto em exercício), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAU ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA**, inscrito no CNPJ sob nº 00.000.776/0001-01, com sede em Poá/SP, na Av. Antonio Massa, nº 361, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças de nº 00078/252-04, no qual figuram como Fiduciários **JANAÍNA MARTINS GÜDICE**, brasileira, garçonne, CI MG12431293 - PC/MG, CPF 062.104.636-14, e seu marido **JOÃO RICARDO MENEZES GÜDICE**, brasileiro, encarregado operacional, CI M5659659 - SSP/MG, CPF 001.214.306-50, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na cidade de Belo Horizonte/MG, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no dia **05 de abril de 2019, às 11:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 151.862,60 (Cento e cinquenta e um mil, oitocentos e sessenta e dois reais e sessenta centavos)**, o imóvel abaixo descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **Imóvel objeto da Matrícula nº 14.357 do Serviço Registral de Imóveis de Santa Luzia/MG: Lote nº 56, da quadra "M", do bairro "SÍTIOS DE RECREIO BONANZA", em Santa Luzia/MG, com área de 2.331,00 m², mais ou menos, situado à Rua Rio Grande do Norte, nº 149, com os seguintes limites e confrontações: Frente para a Rua Rio Grande do Norte a uma distância de 32,00m; Lado Direito confrontando com o lote 55, a uma distância de 76,00m; Fundos para o lote 52 a uma distância de 41,00m; e Lado Esquerdo confrontando com o lote 57 a uma distância de 100,00m; perfazendo um perímetro de 249,00m com área igual a 2.331,00 m². No terreno foi construída UMA CASA com 66,36 m² de área construída. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 12 de abril de 2019, no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 171.378,71 (Cento e setenta e um mil, trezentos e setenta e um centavos)**. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site [www.biasileiloes.com.br](http://www.biasileiloes.com.br) e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE**, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site [www.biasileiloes.com.br](http://www.biasileiloes.com.br), respeitando o lance inicial e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e encargos junto aos órgãos competentes por conta do adquirente. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) no objeto do parágrafo 2º-A do art. 27 da Lei 9.514/97, incluído pela Lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O arrematante pagará ao ato, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. O edital completo encontra-se disponível no site do leiloeiro [www.biasileiloes.com.br](http://www.biasileiloes.com.br), o qual o participante declara ter lido e concordado com os seus termos e condições ali estabelecidos. O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro, catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.**

Mais informações: (11) 4083-2575 / [www.biasileiloes.com.br](http://www.biasileiloes.com.br)

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG

Extrato de Contrato de Credenciamento - Processo de Licitação Nº.: 00011/2019. Modalidade: Inexigibilidade 001/2019. Credenciante: Município de Janaúba-MG. Credenciada(S): Pedro Fleury Teixeira Eireli; Bioцентр Pediatría Eireli. Objeto da Licitação: Contratação de Empresa ou Profissional Especializado em Consultas e Cirurgias Pediátricas. Vigência: 31 de Dezembro de 2019.

Extrato de Contrato de Credenciamento - Processo de Licitação Nº.: 00070/2018. Modalidade: Inexigibilidade 008/2018. Credenciante: Município de Janaúba-MG. Credenciada(s): Laboratório Froes & Almeida Ltda. Objeto da Licitação: Contratação de Empresa para Realização de Exames Laboratoriais. Vigência: 31 de Dezembro de 2019.

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE DESTERRO DE ENTRE RIOS

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 016/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS PERMANENTES E MATERIAIS DE CONSUMO PARA ATENDIMENTO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados, que está instaurando o processo, através do presente instrumento, nos termos das Leis 8.666/93 e 10.520/02.  
REALIZAÇÃO: 09/04/2019 ÀS 09:00 HORAS. LOCAL: SALA DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DESTERRO DE ENTRE RIOS. Endereço: Rua Teófilo Andrade, nº66, centro, Desterro de Entre Rios MG, CEP: 35.494-000. INFORMAÇÕES: (031) 3736-1515 OU 31-98359-7922. E-MAIL- [compras@desterrodeentrieros.mg.gov.br](mailto:compras@desterrodeentrieros.mg.gov.br)  
SITE: [www.desterrodeentrieros.mg.gov.br](http://www.desterrodeentrieros.mg.gov.br)  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DESTERRO DE ENTRE RIOS, 27 DE MARÇO DE 2019  
Antônio Pereira de Moraes Arthur Andrade Lima  
Prefeito Municipal Pregoeiro

#### CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

COMARCA DE RIBEIRÃO DAS NEVES - MG - ESTADO DE MINAS GERAIS/ MG  
Oficial Marisa S.M.O. Andrade Substituto Janice Aleixo Alves

#### EDITAL DE INTIMAÇÃO

INTIMA: KELLY APARECIDA SILVA PEREIRA | INTIMA: ADENIZIO CARLOS PEREIRA  
MARISA SILVEIRA NETO OTAVIANO ANDRADE, Oficial de Registro de Imóveis de Ribeirão das Neves/MG, na forma da lei, etc., utilizando-se das atribuições conferidas pelo art. 26 da lei 9.514/97, bem como pela credora do contrato de financiamento nº 201401051, Intima o Sra. **KELLY APARECIDA SILVA PEREIRA, CPF: 008.869.306-69**, e **ADENIZIO CARLOS PEREIRA, CPF: 792.626.866-68**, residentes em local incerto e não sabido, para satisfazer, tendo em vista a infrutífera tentativa de intimação pessoal, na forma da lei no prazo de 15 dias, as prestações vencidas e as que vencerem até a data do pagamento com juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, além das despesas de cobrança e de intimação referente ao contrato e venda garantindo por alienação fiduciária, firmado em 07/10/2008, registrado sob o nº R-3, e na matrícula 22910 deste serviço referente ao imóvel situado a **Rua Dezessete, nº 17, Bairro: Conjunto Habitacional Nova Pampulha, CEP: 33937-270, Ribeirão das Neves/MG**, com saldo devedor em 22/03/2019 Perfaz o montante de **R\$ 2.477,03**, relativo as prestações vencidas e não pagas, devendo comparecer a **BANCO ITAÚ UNI-BANCO S/A**, onde deverá pagar o debito acima discriminado, purgando-se a mora sob pena de se consolidar a propriedade em nome do credor fiduciário. Dado e passado nest cidade de Ribeirão das Neves, Ribeirão das Neves, 22 de Março de 2019. A Oficial.

#### EDITAL DE SEGUNDO E ÚLTIMO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO

BETIM-MG  
Data do leilão: 27/03/19 A partir das: 11:00  
Local: EM FRENTE A AGENCIA DA CAIXA: AVENIDA JK, Nº229, CENTRO, BETIM-MG  
ISAIAS ROSA RAMOS JUNIOR, Leiloeiro Oficial matricula JUCEMG: 831 estabelecido a AVENIDA FRANCISCO DE PAULA FERREIRA, Nº 959, PATOS DE MINAS, MG, telefone 3438142286 faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX\_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/66 e regulamentação complementar RC 58/67, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.  
A venda à vista, sem utilização de recursos do FGTS ou Carta de Crédito, será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo imprerível de 08(oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.  
A venda com financiamento da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA será feita através de Carta de Crédito, conforme normativo do Agente Financeiro, que poderá ser obtida junto a qualquer Agencia especificada ao lado dos contratos, após análise cadastral e comprovação de renda.  
Os interessados na obtenção de Carta de Crédito para aquisição dos imóveis constantes deste edital e/ou utilização dos recursos do FGTS deverão procurar uma Agencia da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA indicada com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência com relação a data do leilão.  
As vendas serão realizadas pelo maior lance.  
É vedada a participação de empregados e dirigentes da CAIXA, seus companheiros ou cônjuges, casados sob o regime de comunhão universal ou comunhão parcial de bens, ofertando lances no 1º e 2º leilões das execuções extrajudiciais.  
As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas, inclusive condomínio, correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.  
O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.  
Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.  
SED 1DB87 - CONTRATO 8243200003828- EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - 2432 - VILA RICA  
HELBERT MARCELO DE OLIVEIRA, BRASILEIRO(A), METALURGICO, CPF 87203154653, CI MG-4352136 SSP/MG, SOLTEIRO(A), e cõnjuge, se casado(a) estiver.  
EDILANE RIBEIRO, BRASILEIRO(A), TELEFONISTA, CPF 00120810603, CI MG-6379507 SSP/MG, SOLTEIRO(A), e cõnjuge, se casado(a) estiver.  
DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: RESIDENCIA Nº 213, CASA TIPO 3-A, A RUA 02, Nº 328, LOTE Nº 11, QUADRA Nº 10, BAIRRO CONJUNTO RESIDENCIAL ALTO DAS FLORES, EM BETIM, CONSTITUIDA DE 06 (SEIS) COMODOS, AREA DE SERVICO E VARANDA, COM A AREA CONSTRUIDA DE 58,39M2, AREA DE 252,00M2, COM TODAS AS SUAS INSTALACOES, BENFEITORIAS, PERTENCES, ACESSORIOS E GARAGEM SE HOUVER.  
PATOS DE MINAS, 08/03/19  
ISAIAS ROSA RAMOS JUNIOR

ANUNCIE AQUI  
(31) 3236-8001

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO ACIMA/MG

Torna público que realizará Chamada Pública nº 001/2019 - Objeto: Fornecimento de Produtos da Agricultura Familiar - Abertura às 10:00 horas do dia 17/04/2019. Edital disponível na Prefeitura ou site [www.prefeiturarioacima.mg.gov.br](http://www.prefeiturarioacima.mg.gov.br). Informações: [licitacao@prefeiturarioacima.mg.gov.br](mailto:licitacao@prefeiturarioacima.mg.gov.br) ou 031.3545.1286.  
Alexandre Carvalho Santos - Presidente da CPL.

#### MUNICÍPIO DE CURVELO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

#### PREGÃO ELETRÔNICO 015/2019

Objeto: Registro de Preços para fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual. Abertura da sessão dia 9/4/19 às 14h, através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Propostas até 8h do mesmo dia.  
Curvelo, 26/3/19  
Gilvânia A. Oliveira - Pregoeira

#### MUNICÍPIO DE MALACACHETA/MG

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MALACACHETA/MG, ATRAVÉS DO PREFEITO MUNICIPAL, TORNA PÚBLICO ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO 0012/19, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0010/19, TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM LEVANTAMENTO E APURAÇÃO FISCAL - VAF - A E VAF - B, NESTE MUNICÍPIO. A ABERTURA DO PROCESSO SERÁ DIA 08/04/19 ÀS 08:00MIN, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, PRAÇA MONS. JORGE LOPES DE OLIVEIRA, Nº 130 - CEP: 39.690-000. O EDITAL PODERÁ SER LIDO NA ÍNTEGRA E ADQUIRIDO ATRAVÉS DO EMAIL: [licitar8666@hotmail.com](mailto:licitar8666@hotmail.com) ou, FONE: (33) 3514 - 1629.MALAC. 26/03/2019.

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMÉSIA/MG

#### AVISO DE LICITAÇÃO

P. Licitatório 08/2019 - Faz saber da realização da TP n.º 01/2019, Menor Preço Global. Objeto: Contratação de empresa para execução de reforma geral do piso da Quadra Poliesportiva na Reserva Indígena Pataxó. Abertura Documentação: 12/04/2019 às 09h00min, no prédio da Pref. de Carmésia, situado à Praça Nossa Sr.ª do Carmo, 12, Centro. Edital completo no endereço acima, no Site Oficial [www.carmesia.mg.gov.br](http://www.carmesia.mg.gov.br) ou pelo e-mail [licitacao@carmesia.mg.gov.br](mailto:licitacao@carmesia.mg.gov.br). Informações: Tel. (31) 3864 1120 - Carmésia/MG, 26/03/2019. Gerson de L. Carvalho - Presidente da CPL.

#### EDITAL DE SEGUNDO E ÚLTIMO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO

SETE LAGOAS-MG  
Data do leilão: 27/03/19 A partir das: 09:00  
Local: EM FRENTE A AGENCIA DA CAIXA: AVENIDA MUCIO JOSE REIS, Nº70, CENTRO, SETE LAGOAS-MG  
ISAIAS ROSA RAMOS JUNIOR, Leiloeiro Oficial matricula JUCEMG: 831 estabelecido a AVENIDA FRANCISCO DE PAULA FERREIRA, Nº 959, PATOS DE MINAS, MG, telefone 3438142286 faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX\_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/66 e regulamentação complementar RC 58/67, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.  
A venda à vista, sem utilização de recursos do FGTS ou Carta de Crédito, será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo imprerível de 08(oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.  
A venda com financiamento da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA será feita através de Carta de Crédito, conforme normativo do Agente Financeiro, que poderá ser obtida junto a qualquer Agencia especificada ao lado dos contratos, após análise cadastral e comprovação de renda.  
Os interessados na obtenção de Carta de Crédito para aquisição dos imóveis constantes deste edital e/ou utilização dos recursos do FGTS deverão procurar uma Agencia da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA indicada com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência com relação a data do leilão.  
As vendas serão realizadas pelo maior lance.  
É vedada a participação de empregados e dirigentes da CAIXA, seus companheiros ou cônjuges, casados sob o regime de comunhão universal ou comunhão parcial de bens, ofertando lances no 1º e 2º leilões das execuções extrajudiciais.  
As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas, inclusive condomínio, correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.  
O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.  
Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.  
SED 1E76F - CONTRATO 8015408013070- EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - 0154  
ROBERTO MOREIRA DA SILVA, BRASILEIRO(A), MILITAR, CPF 46318712615, CI 0687186 PM/MG, CASADO(A), COM, VERA LUCIA RITA DA COSTA MOREIRA, BRASILEIRO(A), DO LAR, CPF 06681938671.  
DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: PREDIO RESIDENCIAL, A RUA GENERAL CARNEIRO, Nº 65, LOTE 05, QUADRA 13, BAIRRO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, EM SETE LAGOAS, COM A AREA CONSTRUIDA DE 141,23M2, AREA TOTAL DE 360,00M2, COM TODAS AS SUAS INSTALACOES, BENFEITORIAS, PERTENCES, ACESSORIOS E GARAGEM SE HOUVER.  
PATOS DE MINAS, 02/03/19  
ISAIAS ROSA RAMOS JUNIOR

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO CAMPANHA SALARIAL 2019/2020

O Sindicato dos Trabalhadores de Locação em Geral no Estado de Minas Gerais - SINTRAL MG, CNPJ: 10.508.007/0001-72, representado pelo seu Presidente Geraldo Anatólio da Silva, no uso de suas atribuições legais e estatutárias vem através do presente Edital, convocar todos os trabalhadores associados e não associados em atividade nas Empresas Locadoras de Equipamentos, Máquinas, Ferramentas e Serviços Afins do Estado de Minas Gerais, cujas empresas são representadas pelo Sindicato Patronal: Sindicato das Empresas Locadoras de Equipamentos, Máquinas, Ferramentas e Serviços Afins do Estado de Minas Gerais - SINDILEQ-MG e os trabalhadores associados e não associados em atividade nas empresas de locação de Vans, Micro-ônibus e Ônibus do Estado de Minas Gerais, cuja as Empresas são representadas pela Entidade Patronal: Sindicato das Empresas de Transporte de Turismo e Locação de Vans, Micro-ônibus e Ônibus do Estado de Minas Gerais - SINDIVAN-MG, para as Assembleias Gerais Extraordinárias a serem realizadas em todas as regiões do Estado de Minas Gerais. (As reuniões serão realizadas nas portas das empresas) durante todo o expediente de trabalho. As assembleias gerais extraordinárias (reuniões) estão sendo realizadas desde o mês de fevereiro de 2019. Estamos recolhendo sugestões nas reuniões do interior para incorporar as pautas que serão entregues às entidades patronais. A de Belo Horizonte e Região Metropolitana será: 27/05/2019, na sede do SINTRAL MG, Rua Nina Sanzi, 49 - Bairro: Calafate - Belo Horizonte-MG - CEP:30.411-480, em primeira convocação, às 11:30 h e em segunda convocação, às 12:00 h, com qualquer número de integrantes da categoria, para discutir e deliberar os seguintes pontos de pauta da data base 1º de julho: 1º) Leitura do Edital de Convocação; 2º) Formação de pautas de reivindicações para a Campanha Salarial 2019/2020; 3º) As reivindicações poderão ser encaminhadas ao SINTRAL MG, no email: [sintralmg@sintralmg.com.br](mailto:sintralmg@sintralmg.com.br), até o dia 20/05/2019, para serem analisadas e incorporadas as pautas de reivindicações que serão formadas; 4º) Discutir e aprovar as pautas de reivindicações coletivas do mês de julho de 2019; 5º) Autorização para a Diretoria do SINTRAL MG negociar com as empresas do segmento econômico e em caso de impasse, dar autorização de impetrar Dissídio Coletivo; 6º) Assinar Aditivos, Acordos Coletivos, PLR - Participação nos Lucros e Resultados, em qualquer mês do ano, com cobrança de taxa referente a negociação; 7º) Discutir sobre custeio do SINTRAL MG e aprovar os descontos da Contribuição Assistencial 2019/2020 e o desconto da Contribuição Sindical para o exercício de 2020; 8º) Assuntos Gerais. Belo Horizonte, 27 de março de 2019. Geraldo Anatólio da Silva. Presidente do SINTRAL MG.

#### EDITAL DE SEGUNDO E ÚLTIMO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO

BELO HORIZONTE-MG  
Data do leilão: 27/03/19 A partir das: 13:00  
Local: EM FRENTE A AGENCIA DA CAIXA ECONOMICA: AVENIDA ALVARES CABRAL, Nº1700, SANTO AGOSTINHO, BELO HORIZONTE-MG  
ISAIAS ROSA RAMOS JUNIOR, Leiloeiro Oficial matricula JUCEMG: 831 estabelecido a AVENIDA FRANCISCO DE PAULA FERREIRA, Nº 959, PATOS DE MINAS, MG, telefone 3438142286 faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX\_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/66 e regulamentação complementar RC 58/67, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.  
A venda à vista, sem utilização de recursos do FGTS ou Carta de Crédito, será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo imprerível de 08(oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.  
A venda com financiamento da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA será feita através de Carta de Crédito, conforme normativo do Agente Financeiro, que poderá ser obtida junto a qualquer Agencia especificada ao lado dos contratos, após análise cadastral e comprovação de renda.  
Os interessados na obtenção de Carta de Crédito para aquisição dos imóveis constantes deste edital e/ou utilização dos recursos do FGTS deverão procurar uma Agencia da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA indicada com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência com relação a data do leilão.  
As vendas serão realizadas pelo maior lance.  
É vedada a participação de empregados e dirigentes da CAIXA, seus companheiros ou cônjuges, casados sob o regime de comunhão universal ou comunhão parcial de bens, ofertando lances no 1º e 2º leilões das execuções extrajudiciais.  
As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas, inclusive condomínio, correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.  
O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.  
Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.  
SED 1E783 - CONTRATO 3243208000227- EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - 2432  
CONCEIÇÃO SOARES ALVES, BRASILEIRO(A), APOSENTADA, CPF 36864552772, CI 2.443.250 IFF/RJ, DIVORCIADO(A), e cõnjuge, se casado(a) estiver.  
DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: APARTAMENTO 103, BLOCO 32, 1º PAVIMENTO, A AVENIDA SARAMENHA, Nº 1725, BAIRRO GUARANI, EM BELO HORIZONTE, COM A AREA DE CONSTRUCAO DE 61,7262M2, AREA TOTAL EQUIVALENTE DE CONSTRUCAO DE 66,0688M2, FRAÇÃO IDEAL DE 0,001165 DO LOTE 01 DA QUADRA 44, LOTE 01 DA QUADRA 45 E LOTES 01 A 08 DA QUADRA 46, COM TODAS AS SUAS INSTALACOES, BENFEITORIAS, PERTENCES, ACESSORIOS E GARAGEM SE HOUVER.  
PATOS DE MINAS, 08/03/19  
ISAIAS ROSA RAMOS JUNIOR

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PORTEIRINHA/MG**  
Torna público que fará realizar PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 10/2019, no dia 08/04/2019, às 09:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal, localizada Av. Tancredo Neves de Almeida, 260 – Centro, objetivando o registro de preços para aquisição de medicamentos, equipamentos, materiais médico-hospitalares e oxigênio medicinal, conforme descrição constante no edital, Anexo II "Termo de Referência". O edital poderá ser solicitado pelo e-mail: licitacao@novaporteira.mg.gov.br. Telefax: (38) 3834-1748. Juracy Fagundes Jácome - Prefeito Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA/MG**  
Contrarrazões de recurso – A Prefeitura Municipal de Nova Serrana-MG torna público às empresas participantes do Processo Licitatório nº 203/2018, Tomada de Preços nº 008/2018, cujo objeto é a "Contratação de Serviços de Publicidade prestados por intermédio de Agência de Propaganda", a abertura do prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de contrarrazões de recurso, contados a partir de 27/03/19. Mais informações pelo telefone (37) 3226-9011. Nova Serrana, 26 de março de 2019. Elaine Maria Ribeiro Pires - Presidente da CPL.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS MACHADOS/MG**  
Aviso de Licitação – Pregão Presencial nº 05/2019 – Exclusivo para MPE – Objeto: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios e hortifrutigranjeiros destinados a merenda escola deste município. Dia da licitação: 08/04/2019 às 09:30hs. Local: Praça Santo Antônio, 01–Centro, Riacho dos Machados/MG. Edital disponível no setor de licitação da prefeitura e no site [www.riachodosmachados.mg.gov.br](http://www.riachodosmachados.mg.gov.br). Maiores informações (38) 3823-1112. Riacho dos Machados/MG, 25 de março de 2019. Elton Marques de Almeida – Prefeito Municipal.

**ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE CULTURA NIPO-BRASILEIRA**  
CNPJ nº 18.216.697/0001-06  
Decreto de Utilidade Pública Estadual e Federal  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**  
A ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE CULTURA NIPO-BRASILEIRA convoca seus associados para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária, a se realizar na sede social à rua Dom Lourenço de Almeida 535 – bairro Nova Cachoeirinha, no dia 31 de março de 2019 (domingo), às 08:30 horas, em 1º convocação e 9:00 horas na 2ª convocação com qualquer número.  
a) Apresentação e aprovação das receitas e despesas da Associação referente aos meses de julho a dezembro de 2018;  
b) Exposição das atividades de 2018;  
c) Demonstração das atividades, receitas e despesas da Escola Modelo em 2018;  
d) Outros Assuntos.  
Belo Horizonte (MG)  
27 de março de 2019.  
Diretoria

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA/MG**  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL, TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE Nº 008/2019, tendo por objeto: a aquisição de pneus para uso em veículos de pequeno porte, para atender a frota de veículos e máquinas pesadas do município, conforme especificações constantes do Anexo I. Abertura: 09/04/2019. O edital poderá ser retirado no setor de licitações situado à Rua Getúlio Vargas, nº 171, Centro, Mesquita/MG, e-mail: [licitacao@mesquita.mg.gov.br](mailto:licitacao@mesquita.mg.gov.br) - site: [www.mesquita.mg.gov.br](http://www.mesquita.mg.gov.br) - Paulo Elias Mendes - Pregoeiro.  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA/MG**  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL, TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM Nº 009/2019, tendo por objeto: prestação de serviços de transporte escolar para Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, com ônibus com no mínimo de lugares determinado na Planilha constante no Termo de Referência, pelo período 12 (doze) meses. Abertura: 09/04/2019. O edital poderá ser retirado no setor de licitações situado à Rua Getúlio Vargas, nº 171, Centro, Mesquita/MG, e-mail: [licitacao@mesquita.mg.gov.br](mailto:licitacao@mesquita.mg.gov.br) - site: [www.mesquita.mg.gov.br](http://www.mesquita.mg.gov.br) - Paulo Elias Mendes - Pregoeiro.  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA/MG**  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL, TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE Nº 010/2019, tendo por objeto: a aquisição de cestas básicas a serem distribuídas às famílias carentes do município, os quais serão adquiridos em parcelas de acordo com a necessidades estabelecidas pelo CRAS, conforme especificações constantes do Termo de Referência. Abertura: 09/04/2019. O edital poderá ser retirado no setor de licitações situado à Rua Getúlio Vargas, nº 171, Centro, Mesquita/MG, e-mail: [licitacao@mesquita.mg.gov.br](mailto:licitacao@mesquita.mg.gov.br) - site: [www.mesquita.mg.gov.br](http://www.mesquita.mg.gov.br) - Paulo Elias Mendes - Pregoeiro.

CEVA LOGISTICS LTDA – CNPJ 43.854.116/0001-09		
Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 (em R\$ Mil)		
	31/12/2018	31/12/2017
<b>ATIVO</b>		
Circulante	145.241	135.061
Caixa e bancos	20.702	48.988
Contas a receber	114.016	74.681
Estoques	2.412	1.695
Créditos Fiscais	2.898	4.829
Adiantamentos/Despesas Antecipadas	5.214	4.868
<b>Não Circulante</b>		
Realizável a Longo Prazo	140.915	128.037
Depósitos Judiciais	26.914	24.414
Impostos a recuperar	7.748	9.265
IRPJ e CSLL Diferidos	28.813	23.624
Intercompany	22.417	30.015
Emprestimos – Empresas Relacionadas	55.022	40.719
<b>Permanente</b>	34.275	31.537
Imobilizado	34.275	31.537
<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>320.430</b>	<b>294.635</b>
<b>PASSIVO</b>		
Circulante	145.572	109.945
Fornecedores	48.219	27.756
Impostos a recolher	12.934	7.400
Salários e encargos sociais	37.410	37.218
Provisões	46.492	36.808
Adto Terceiros	517	762
<b>Não Circulante</b>		
Exigível a Longo Prazo	92.943	64.904
Contas a pagar longo Prazo	110	110
Outras Provisões	26.783	6.481
Intercompany	47.066	41.446
Emprestimos – Empresas relacionadas	18.984	16.867
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>81.915</b>	<b>119.787</b>
Capital social	95.844	150.844
Reserva de lucros	926	926
Lucros acumulados	(14.855)	(31.984)
<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>320.430</b>	<b>294.635</b>
<b>Demonstração de Resultados (em R\$ Mil)</b>		
	31/12/2018	31/12/2017
<b>Receita bruta de vendas e serviços prestados</b>		
Receita Bruta	740.512	621.609
Impostos sobre vendas e serviços prestados	(104.976)	(90.710)
<b>Receita líquida das vendas e serviços prestados</b>	<b>635.537</b>	<b>530.898</b>
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(583.672)	(471.893)
<b>Lucro bruto</b>	<b>51.865</b>	<b>59.005</b>
(Despesas) receitas operacionais	(25.899)	(26.638)
Gerais e administrativas	(26.650)	(26.700)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas	751	62
<b>Lucro / Prejuízo operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>25.966</b>	<b>32.367</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(1.332)</b>	<b>(9.684)</b>
Despesas financeiras	(825)	(7.252)
Varição Cambial Intercompany	(5.085)	(8.897)
Receitas financeiras	4.578	6.466
<b>Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>24.634</b>	<b>22.684</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(7.373)</b>	<b>(9.616)</b>
Do exercício	(11.824)	(6.764)
Diferido	4.450	(2.852)
<b>Lucro / Prejuízo líquido do exercício</b>	<b>17.261</b>	<b>13.068</b>
Alfonso Lopez – VP Finance LATIN AMERICA Daniela Santos – Contadora - CRC 1SP216970/O-0		

**MUNICÍPIO DE BOTUMIRIM. Extrato de Contrato - Prefeitura mun. de Botumirim/MG PAL n.º 014/2019 P.P. nº 002/2019. Objeto: Aquisição de equipamentos para mecanização agrícola conforme contrato de Repasse Nº 872413/2018/MAPA/CAIXA. Contratados: Implementos BH Maquinas Agricolas Eireli - CNPJ 10.449.391/0001-80 no valor de R\$ 38.660,00 e Triama BD Pecas e Serviços Automotivos Ltda CNPJ 11.078.678/0001-03 no valor de R\$ 119.500,00. Vigência: 14/03/2019 a 31/12/2019. Jose Francisco de Assis Ferreira - Pregoeiro Oficial**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÓLIO/MG-Tomada de Preços nº 09/2019. CNPJ nº. 16.726.028/0001-40, torna público através da Presid. da CPL, Edilson Antônio de Oliveira, que se acha aberto o Procedimento Licitatório nº. 44/2019, do tipo menor preço global, objetivando execução de Serviços de Sinalização Viária. Devendo os Envelopes contendo Documentação Habilitação (Envelope 01) e Proposta Comercial (Envelope 02) serem entregues na Seção de Licitação, até às 09:00 horas do dia 23/04/2019, sendo que o Envelope 01 referente à Habilitação será aberto às 09:30 horas do dia 23/04/2019, no mesmo local. Informações através do telefone (37)33731244 ou [www.capitolio.mg.gov.br](http://www.capitolio.mg.gov.br). Presidente da CPL.**

**SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CARMO DE MINAS**  
Através do Proc. Lic. nº 5/2019, Modalidade Pregão nº 03/2019 torna pública as assinaturas de Contrato de fornecimento de bens: nº 012/2019, valor: R\$31.444,00 com a empresa LUBRIMAR COMÉRCIO PNEUMÁTICOS LTDA ME; nº 13/2019, valor: R\$ 6.300 com a empresa CALDAS INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de produtos químicos para reposição de estoque da Estação de Tratamento de Água. Vigência: 12/03/2019 a 31/12/2019.

O Sr. Alexandre de Moura Mendonça, responsável pelo empreendimento denominado Posto Gabi Ltda., Comércio Varejista de Combustíveis para Veículos Automotores, localizado à Av. Vilarinho, nº 2300, bairro Minascaixa, Belo Horizonte/MG, torna público que protocolizou requerimento de Renovação de Licença de Operação junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA.

A Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A, por determinação da Superintendência Regional de Meio Ambiente - Central Metropolitana/ Superintendência de Projetos Prioritários, torna público que solicitou, por meio do Processo Administrativo nº 08042/2014, Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação, para o terminal de Minério do seu complexo siderúrgico, localizado no Distrito Industrial de Jeceaba, no município de Jeceaba, Minas Gerais.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**  
O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Pasta de Madeira para Papel, Papelão, Celulose e Cortiça de Pirapetanga e Região-MG, SINTICEL PIRAPETINGA, no uso das suas atribuições legais, convoca a todos os associados para participarem da assembleia geral ordinária a ser realizada no dia 12 abril de 2019, às 12h30m em primeira chamada, e às 13h00m em segunda chamada, na quadra do Sesi Senai à rua Antônio Ribeiro da Costa Jr., 162 - Centro Pirapetanga-MG, com a seguinte ordem do dia: Prestação de contas e balanço financeiro do ano de 2018. Contamos a com a presença de todos os associados.

**COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – COHAB MINAS AVISO AOS ACIONISTAS**  
Comunicamos que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, em nossa sede social, na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001, Bairro Serra Verde - Edifício Gerais, 14º andar, os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei n.º 6.404, de 15.12.76, relativos ao exercício findo em 31.12.2018. Belo Horizonte, 25 de março de 2019. (as) Daniel Perrelli Lança - Presidente do Conselho de Administração.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ERA – MG – Pregão Presencial nº 08/2019 - Objeto: Registro de preços para o eventual fornecimento de cestas básicas, para atender à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social. Data de abertura: Dia: 11/04/2019, às 14:00 horas. Editais disponíveis no site: [www.novaera.mg.gov.br](http://www.novaera.mg.gov.br) ou no Departamento de Compras: Rua João Pinheiro, 91 – Centro. Nova Era, 27/03/2019. Laura Maria Carneiro de Araújo – Prefeita Municipal.**

**MUNICÍPIO DE CURVELO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 014/2019**  
Objeto: Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios (pães de sal e doce de 50g) – com itens com reserva de cotas para MES, EPPs ou equiparadas. A sessão do Pregão será à Av. D. Pedro II, Nº 487, dia 9/4/19 às 9h. Inf./retirada Edital: Deptº. Suprimentos – (38)3722-2617. Av. D. Pedro II, 487, 2ª a 6ª feira, de 8 a 10 e de 12 a 18h. Curvelo, 26/3/19. Ana B. L. Pereira - Pregoeira

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO/MG Proc. 51/18 - TP 2/18**  
Pav. asfáltica CBUQ, c/ calçada, meio-fio, sarjeta, rampa de acessibilidade e drenagem pluvial - CTR 844627/2017/MCidades/ Caixa - Rescinde CTR 46/18 e revoga procedimento - § 3º, art. 64 e Art. 49 L. 8.666/93.  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO/MG Proc. 38/17 - Adesão à Ata SRP 24/17 de Espinosa/MG 2º Aditivo CTR 5/17 - Prorroga Vig: 18/5/19 a 17/5/20 - Art. 57, II, L. 8666/93.**

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER. AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO LICITATORIO Nº 03/2019. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2019. EXCLUSIVO PARA ME/EPP. A Fundação Municipal Crê-Ser, torna público que realizará em sua sede na Rua Palmas, 214, Baú - João Monlevade - MG. PROCESSO LICITATÓRIO 03/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL 03/2019, EXCLUSIVO PARA ME/EPP. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS dos itens descritos no Anexo I, VISANDO A AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS destinados à merenda escolar dos Núcleos da Fundação Municipal Crê-Ser e refeições diárias da Unidade Acolhedora Crê-Ser. DATA DE ABERTURA: 09/04/2019, às 9 horas. O edital na íntegra poderá ser retirado na sede ou através de cópia magnética pelo e-mail [compras.creser@pmjm.mg.gov.br](mailto:compras.creser@pmjm.mg.gov.br). Informações: (31)3851-1558. João Monlevade, 27 de março de 2019. Helenita Pinto Melo Lopes - Diretora Executiva da Fundação Municipal Crê-Ser.**

**A Jerônimo Sávio Teixeira Rezende ME, por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMMAD torna público que foi solicitada através do Processo Administrativo nº 5451901792, a Licença Ambiental Simplificada, para a atividade de Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores e Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores, localizada na Rua Ignez Maria, nº 326 – Betim Industrial – Betim/MG.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ/MG PA 012/2019 TP 01/2019** CPL julga inabilitada empresa Quantum Engenharia e Consultoria Ltda., e conforme o § 3º, Art. 48 da lei 8.666/93, a CPL abre prazo para apresentação de documento que comprove vínculo do responsável técnico com a empresa, até às 17hs do dia 05/04/2019, na Sec. de Administração.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS/MG**  
**Aviso de Licitação**  
**Processo nº 039/2019**  
**Pregão Sistema Registro de Preço nº 028/2019**  
Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha destinados as várias secretarias deste município, com entrega dos envelopes até as 08:00:00 horas do dia 10/04/2019. Maiores informações pelo telefone (038) 3824-1356 – ou através do e-mail [licitacao@riopardo.mg.gov.br](mailto:licitacao@riopardo.mg.gov.br) ou ainda na sede da Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas. 26/03/2019.  
Marcus Vinicius de Almeida Ramos  
Prefeito Municipal.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA O DIRETOR PRESIDENTE DO SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, Sr. Edson Pinto Neto, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca todas as empresas do segmento, filiadas ou não, para participarem de Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 01 de abril de 2019, segunda-feira, às 17:00 horas em primeira convocação e às 18:00 horas em segunda e derradeira convocação, à Av. Raja Gabaglia, nº 2.000, sala 334 Torre 1, bairro Estoril, Belo Horizonte, Minas Gerais, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: - DISCUSSÃO SOBRE A PAUTA DE REINDICAÇÕES FORMULADA PELO SINDICATO DOS TÉCNICOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Ressaltamos que a empresa se faça representar por um diretor titular ou procurador para deliberar sobre os assuntos tratados. Belo Horizonte, 26 de março de 2019. EDSON PINTO NETO. Diretor Presidente. SINDESP/MG**

A Sociedade de Criadores de Galos Combatentes De Belo Horizonte, por seu Presidente, vem convocar os seus associados, conforme o seu Estatuto para a Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 09/04/2019 em 1ª convocação às 18:30, em 2ª convocação às 19:00, na Avenida Afonso Pena, nº 2793, Belo Horizonte - MG, por impossibilidade de realização em sua sede; cuja pauta é a seguinte: IPTU; Implantação de taxa de condomínio conforme Art. 8º do regimento interno do Estatuto da Sociedade; Prestação de contas; Discussão da proposta de acordo com o Advogado Galliano Panini; Possível proposta de acordo entre a Sociedade de Criadores de Galos Combatentes e Sr. Cândido Lamoniier (réu da nossa ação); Alteração da Razão Social e seu estatuto com a nova definição da sua finalidade, baseado na Portaria nº 1.998, de 21 de novembro de 2018. Belo Horizonte, 27 de março de 2019. Geraldo Mossen de Carvalho- Presidente.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA/MG AVISO DE LICITAÇÃO**  
Torna Público nos termos da Lei nº 8.666/93 e 10.520/200 a realização da Licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019 - Tipo Menor Preço. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E CONSUMO DESTINADO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO. Entrega e abertura dos envelopes será às 09h30min do dia 10/04/2019, na sala de reuniões da CPL, à Rua Padre João Coutinho, nº 121, Centro, Santo Antônio do Grama/MG. Informações pelo telefone (31) 3872-5005.  
Janaina Aparecida Frade - Pregoeira

COMARCA DE BETIM-MG – SECRETARIA DA 5ª VARA CÍVEL – EDITAL DE CITAÇÃO, COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS. O Dr. Robert Lopes de Almeida, MM. Juiz da 5ª Vara Cível da Comarca de Betim, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo e Secretaria da 5ª Vara Cível da Comarca de Betim, tramitam os autos do processo de nº 0314847-93-2012.8.13.0027. Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pelo Banco Mercantil do Brasil S/A em face de Daniela Vital Santos Silva, Gleison Arlindo da Silva e Jones Vital dos Santos. Tem por finalidade Citar, como de fato citado fica, as rés Daniela Vital Santos Silva CPF:915.678.666-20, Gleison Arlindo da Silva CPF:866.960.496-83 e Jones Vital dos Santos CPF:512.236.866-04, atualmente encontrando-se em local incerto e não sabido, para tomar ciência da Ação de Execução de Título Extrajudicial proposta pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. nos termos dos arts. 829, 914 e 915 do CPC/15, para no prazo de 3(três) dias, efetuar o pagamento da dívida sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para garantia da mesma (principal, juros, custas e honorários advocatícios) nos termos do art.830 do CPC/15, ou para, no prazo de 15(quinze) dias, opor-se à execução por meio de embargos, independentemente de penhora, depósito ou caução. De logo, arbitro honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor da dívida (art.627 do CPC/15), devendo ficar ciente o executado que, no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art.927, § 1º, do CPC/15). E fica ciente ainda que em caso de revelia será nomeado curador especial nos termos do art. 257 e 259 do CPC/15. E, para que chegue ao conhecimento de todos e não seja alegada ignorância, expede-se o presente que será publicado e afixado no local de costume, na forma da lei. Betim, aos 15 de março de 2019. Eu, Gabriela Diniz Ribeiro, Escrivã Judicial, o fiz digitar e subscrevi. Robert Lopes de Almeida JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL.

**EDITAL PARA REGISTRO DE DESMEMBRAMENTO**  
Deilson Elias da Silva, Oficial Substituto do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Morada Nova de Minas, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo, e, na forma da Lei, etc.  
**FAZ SABER**, a todos quanto o presente Edital virem, ou dele, conhecimento tiver, que Marcos Ferreira Xavier, brasileiro, técnico em agropecuária, portador da Carteira de Identidade nº MG-11.122.995 SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 005.150.256-90, casado com VANEIDE PEREIRA DA SILVA, brasileira, professora, portadora da Carteira de Identidade nº MG-5.396.543 SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 726.746.796-20, residentes e domiciliados à Rua Rio Grande do Sul, nº 797, Centro, no Município de Biquinhas/MG, DEPOSITOU nesta Serventia, os documentos necessários, exigidos pelo artigo 18, da Lei Federal nº 6.766, de 19 de Dezembro de 1.979, para o registro do Parcelamento do Solo Urbano do tipo "DESMEMBRAMENTO", tendo acesso pela Rua Goiás e Rua Olímpio Pereira, no município de Biquinhas/MG, e formando a área total de 8.624,67m², com perímetro de 411,81 m. O terreno a ser loteado está localizado dentro do perímetro urbano do Município de Biquinhas/MG, conforme Lei Municipal 439/98, que dispõe sobre a delimitação da zona urbana do município, e será dividido em 01 (uma) Quadra e 16 (dezesseis) Lotes.  
O loteamento formado pela área de 8.624,67 m², conforme croqui anexo foi devidamente aprovado pela Prefeitura Municipal de Biquinhas/MG, através do Decreto nº 009/2018, datado de 22/01/2018, com as seguintes restrições:  
"Art. 1º - Fica homologado, para que produza efeitos legais, o processo de Desmembramento nº 006/19 composto por 16 lotes, na quadra 118 deste município, nas Ruas Goiás e Olímpio Pereira da Silva pleiteado pelo Senhor Marcos Ferreira Xavier, CPF 005.150.256-90."  
"Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário."  
"Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação."  
Todo o processo de Desmembramento encontra-se devidamente arquivado neste 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Morada Nova de Minas/MG, à disposição dos interessados, nos horários de 09h às 12h e 13h às 17h, respectivamente, sito à Rua João Dayrell Pinto Ferreira, nº 300, Centro, nesta Cidade.  
E para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se este Edital, que será publicado em Jornal de grande circulação, por três edições consecutivas, conforme disposto pelo art. 19 da Lei Federal nº 6.766, (Lei do Parcelamento do Solo Urbano), c/c o § 1º, Art. 902, do Provimento nº 260/2013/CGJ/MG (Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado de Minas Gerais), podendo o seu registro ser impugnado no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da terceira e última publicação, tudo nos termos do artigo 19, da citada Lei Federal nº 6.766.  
Eu, Deilson Elias da Silva, Oficial Substituto do 1º Ofício de Registro de Imóveis, da Comarca de Morada Nova de Minas/MG, o digitei, o subscrevi e assino. Morada Nova de Minas/MG, 26 de Março de 2019.

